



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA MULTILATERAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA**

Bela Julieta Bango Chindumbo

Orientador: Professor Doutor José Manuel Caetano

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA MULTILATERAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA**

Bela Julieta Bango Chindumbo

Orientador: Professor Doutor José Manuel Caetano

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra aos meus filhos **Denilza Dofilia Chindumbo João, Denilson Francisco Chindumbo João, Delfim Arcanjo Chindumbo João, Dindro Congo Chindumbo João, Isaura Domingos, Odete Congo, Laurinda Chindumbo**, que souberam compreender a validade desta formação e o investimento desta obra, suportando privações de lazer e convívio familiar, que comigo vêm partilhando as etapas decisivas da minha carreira de estudante e pelo esforço que fizeram para que eu pudesse dedicar o tempo necessário aos estudos.

Aos meus pais **Bartolomeu Chindumbo e Dofilia Yandelela Chindumbo (ambos em memória)**, que sabiamente transmitiram os indispensáveis valores morais e éticos como subsídios decisivos para a minha formação.

À minha irmã **Belmira Paula Bango Chindumbo**, pelo incentivo e encorajamento que sempre me dispensou para que este sonho fosse uma realidade.

Ao Professor **Rubén Omélio Ramírez Stout**, mesmo distante sempre me apoiou dando-me muita força e coragem.

Ao **Victor Cardoso da Silva**, pelo incentivo e encorajamento com amor.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão ao Senhor nosso **Deus** todo-poderoso, por ter permitido a minha formação em Mestrado de Relações Internacionais, adquirindo uma conceção mais dinâmica e ampla neste domínio para melhor servir a sociedade.

À Universidade Metodista de Angola-Luanda por terem cedido o espaço à Universidade de Évora, todo seu corpo Docente do Curso de Mestrado em relações Internacionais.

Aos meus presados professores que não pouparam esforços em deslocarem-se à Angola e em nos transmitirem o intelecto necessário para o êxito da nossa formação

O meu profundo agradecimento ao **Tutor** de nosso trabalho **Professor Doutor José Caetano**, pela orientação clara e eficaz, atenção e disponibilidade que nos brindou.

À Sua Excelência Engenheiro **Joaquim Ventura**, Engenheiro **António Belsa da Costa**, ao Engenheiro **Kiala Pierre** e aos meus colegas de serviço **Joaquina Francisco**, **Armindo Sardinha** e **Armindo Adriano**, pelo incentivo, apoio financeiro e moral que me prestaram para que este feito se tornasse uma realidade.

À Doutora **Dina Papa Candimba** do Secretariado Nacional da SADC em Angola, aos meus companheiros e colegas de turma em especial o **Daniel Tchov**, **Asbel Quitunga**, **Isaac Simião**.

Aos meus amigos, **Américo Ecombe**, **Inácio Neto**, **Felismina Tomas** e **Lídia Pequenino**, pelo encorajamento nos momentos mais difíceis de minha vida estudantil.

À todos, o nosso muito obrigado.

LISTA DE SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

G20 – vinte dos maiores países industriais do mundo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

UNAVEM I – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Fundo das Nações Unidas para Ciência, Cultura e Educação

FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMC – Organização Mundial do Comércio

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

MONUA – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNOA – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNMA – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

HIV/SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida

APSA – Arquitetura de Paz e Segurança Africana

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

PAM – Programa Alimentar Mundial

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

MINFAMU – Ministério da Família e da Mulher

APE – Acordo de Parceria Económica

INAC – Instituto Nacional da Criança

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCC – Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
CEEAC – Comunidade e Económica dos Países da África Central
UDEAC – União e Económica da África Central
COPAX – Conselho de Paz e Segurança e Segurança da África Central
CDS – Comissão de Defesa e Segurança
FOMAC – Forças Multinacionais da África Central
MARAC – Mecanismo de Alerta Rápida da África Central
CGG – Comissão do Golf da Guine
FMI – Fundo Monetário Internacional
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ACP – África Caribe e Pacífico
UE– União Europeia

EPÍGRAFE

Desejo que você nunca desista de caminhar. Caminhando, não tenha medo de tropeçar. Tropeçando, não tenha medo de se ferir. Ferindo-se, tenha coragem para corrigir algumas rotas da sua vida, mas não pense em recuar nunca. Ainda que o mundo desabe sobre você, você jamais desista de caminhar.

Prof. Sérgio Audician

A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA MULTILATERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

RESUMO

O atual contexto internacional requer uma interação mais profunda entre as nações, quer no campo da diplomacia, quer na pesquisa técnico-científica, bem como nas ciências humanas e sociais, o incentivo às trocas permite a superação de diferenças existentes entre o Estados.

O presente trabalho prende-se com a contribuição da diplomacia multilateral angolana no desenvolvimento do país.

O objetivo deste trabalho é o de analisar a importância da diplomacia em geral e de Angola em particular tendo em conta as organizações internacionais.

A problemática levantada consiste em saber se a diplomacia multilateral tem sido determinante no desenvolvimento de Angola.

A diplomacia multilateral tem desempenhado um papel muito importante no desenvolvimento de Angola. Por estar afiliada às organizações e instituições internacionais o nosso país tem vindo a conhecer desenvolvimento quase em todos sectores da vida política, social e económica.

Para alcançar os objetivos delineados no presente trabalho foi necessário a utilização da metodologia que abrange análise histórico-lógica, usando os procedimentos e técnicas de investigação teórica e consultas bibliográficas.

Palavras-chaves: Angola, Diplomacia multilateral, Desenvolvimento, Organizações internacionais.

THE MULTILATERAL DIPLOMACY OF IMPORTANCE FOR ANGOLA DEVELOPMENT

ABSTRACT

This paper is about the contribution of the Angolan multilateral diplomacy to the country's development.

The aim of this paper is to study the value of the diplomacy in general and that of the Angolan diplomacy in particular, taking into consideration the sub-regions and the international organizations to which Angola pertain.

The main issue consists in determining whether the multilateral diplomacy is dominant as far as the development of Angola is concerned.

It is stated in this paper that the multilateral diplomacy plays a very important role in the development of Angola. As a member of international organizations and institutions, our country has known development in almost all the areas of the social and economic life.

In order to reach the objectives set for this paper, it was necessary the use of a methodology that included the logical historical analysis through proceedings and theatrical investigation techniques as well as interviews and consultation of written documents.

Key-words: Diplomacy multilateral, development, international organizations.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
LISTA DE SIGLAS	V
EPÍGRAFE	VII
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
I CAPÍTULO - INTRODUÇÃO	12
1.1 Enquadramento Geral	12
1.2 Hipótese	13
1.3 Tema e objetivos da Investigação	13
1.4 Procedimento Metodológico	14
1.5 Estrutura e Organização do Trabalho	14
II CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	16
2.1 A Política Externa e a Diplomacia Numa Perspectiva Teórica	16
2.2 Da Diplomacia Bilateral à Multilateral	24
2.3 A Importância da Diplomacia Multilateral para o Desenvolvimento dos Estados	29
2.4 Características do Subdesenvolvimento em África	35
2.5 Ações da Diplomacia Multilateral em busca do desenvolvimento	38
2.5.1 A cooperação técnica	42
2.5.2 A cooperação financeira	43
2.5.3 Ajudas a projetos	43
2.5.4 Ajudas a programa	44
III CAPÍTULO - A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA MULTILATERAL PARA DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA	46
3.1. Caracterização geográfica de Angola	46
3.2. O período da independência	47
3.3. A internacionalização do conflito angolano	49
3.4 O processo de paz angolano	52
3.5 Esforços da Sociedade Internacional na Resolução do Conflito Angolano	55
3.6. Ajudas dos Parceiros Multilaterais para o Desenvolvimento de Angola	60
3.6.1 A ONU	61

3.6.2 A União Europeia.....	68
IV - CAPÍTULO – CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	7979

I - CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento Geral

A Diplomacia Multilateral foi fortalecida após a primeira guerra com a criação da Liga das Nações (SDN) que tinha como objetivo por fim aos dissídios estaduais a nível europeu e não só, estabelecer a paz, a estabilidade e a segurança à nível internacional,

A diplomacia multilateral surge no campo diplomático pela primeira vez em 1648 com a assinatura do Tratado de Vestefália, acordo que culminou com o conflito religioso no continente europeu a denominada Guerra dos 30 anos. Ela foi se desenvolvendo até aos dias de hoje, com o surgimento de várias organizações internacionais criadas com objetivo de desenvolver os Estados nelas inerentes, Kissinger (2002).

O mundo atual é caracterizado por conflitos e divergências entre nações, devido a estes fenómenos, os Estado e as organizações internacionais e regionais, são obrigados a utilizar meios e mecanismos conjuntos de solução destes conflitos. É aqui que surge a diplomacia, este instrumento de solução de conflito que tolera, pacifica, reconcilia, e concorda com as posições comuns da vontade das partes envolvidas que se expressarão num acordo.

Desta forma, iremos notar que vivemos num mundo global e interdependente, em que todos os aspetos da nossa vida passam por uma negociação, em qualquer domínio, seja no âmbito político, económico, técnico-científico ou sociocultural.

A diplomacia como sendo um dos instrumentos pacíficos e imprescindível da política externa tem desempenhado um papel preponderante nas relações internacionais e no desenvolvimento dos Estados, ela é utilizada nos vários domínios das políticas que os Estados adotam para a consecução dos seus interesses, esses podem ser político, económico, cultural, técnico-científico, etc.

Assim sendo, o presente trabalho tem como finalidade fazer uma abordagem sobre a importância da diplomacia multilateral para o desenvolvimento de Angola. Desta forma, procurou-se descrever como a diplomacia multilateral tem ajudado o governo angolano a superar as suas dificuldades de modos a oferecer um melhor nível de vida as suas

populações, e posteriormente explicar como a própria diplomacia multilateral tem sido utilizada para promover o Estado angolano em volta Comunidades Internacional.

1.2 Hipótese

- Terá sido a Diplomacia Multilateral contribuído no desenvolvimento de Angola?
- De que forma as organizações internacionais como a ONU e suas agências e especializadas e a UE contribuiram no desenvolvimento de Angola?

A diplomacia multilateral tem desempenhado um papel muito importante no desenvolvimento de Angola, por ter saído de uma guerra que devastou suas estruturas, sua economia, e seus recursos humanos, foi determinante e necessário afiliar-se às organizações internacionais e a outros Estados para poder desenvolver-se. Ao ter estabelecido parcerias com vários Estados a nível do mundo Angola conseguiu em pouco tempo reerguer-se dos escombros que guerra causou.

1.3 Tema e objetivos da Investigação

O estudo deste tema visa proporcionar uma reflexão sobre a importância da diplomacia multilateral para o desenvolvimento de Angola, este trabalho tem como objetivo principal abordar sobre a importância da diplomacia multilateral para o desenvolvimento de Angola, a importância da mesma para os Estados, em particular, Angola proporcionar novas perspectivas de investigação mais aprofundada sobre o tema para investigações futuros.

Assim sendo, para prossecução desta investigação ainda temos como objetivos específicos:

- Apresentar um quadro teórico sobre a diplomacia;
- Analisar o contributo que a diplomacia desempenha na vida dos Estados;
- Identificar os elementos que terão contribuído para o desenvolvimento de Angola.

1.4 Procedimento Metodológico

A metodologia é realçada por alguns autores como Mainayo (2007:44) a apresentação adequada e justificada dos métodos de consulta, técnicas dos instrumentos exploratórios utilizados para busca da investigação. Assim neste trabalho utilizaremos o método de consultas efetuada a partir de pesquisas bibliográficas, contendo informação atualizada e fidedigna.

Utilizaremos pesquisa exploratória, que consiste em pesquisas bibliográficas, jornais, e internet, que é definida por Gil (2007) como sendo o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta ao problema que é proposto.

O estudo deste tema sugere-nos duas variáveis, uma é a variável independente que será investigar a origem da diplomacia angolana e a outra será a variável dependente, esta nos levará investigar sobre o desenvolvimento da diplomacia multilateral de Angola.

De forma complementar, o presente trabalho na íntegra numa abordagem interpretativa, as técnicas a serem utilizadas serão as de consulta bibliográfica, que consistirão em estabelecer contacto direto com o material Bibliográfico e em relatórios do (PNUD, UNICEF, BM, OMS, OMC, FMI etc) que apresentavam o desenvolvimento de Angola. Tendo em conta a utilização de bibliografia relacionadas com vários temas e subtemas em que o trabalho se desdobra, bem como sites da internet. Fez-se igualmente uma interpretação dos dados históricos, políticos e diplomáticos.

1.5 Estrutura e Organização do Trabalho

Em termos estruturais, a presente dissertação a está dividida em capítulos e subcapítulos que estão estruturados da seguinte forma:

Capítulo I- Introdução, se faz o enquadramento to tema, se define os objetivos concretos à atingir com a investigação e, apresentam-se resumidamente os procedimentos metodológicos utilizados e a estrutura e a organização do trabalho.

Capítulo II- Enquadramento Teórico, procura fazer uma descrição sobre o conceito de diplomacia, começando com uma incursão história, posteriormente diferencia-se a diplomacia dos demais termos que causam confusão ao conceito de diplomacia.

Neste capítulo faz-se também a incursão na mobilidade da diplomacia bilateral à multilateral, analisa-se o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos Estados, e explica-se como os Estados estão a lidar com este fenómeno quais são os mecanismos utilizados pelos mesmos para alcançar o desenvolvimento ou reduzir a pobreza e a diplomacia multilateral dos estados em busca do desenvolvimento.

Capítulo III- Caracterização da diplomacia angolana, fez-se um breve historial da mesma, tratou também da política externa, bem como os esforços que foram empreendidos pela comunidade internacional na resolução do conflito e a conseqüente paz.

Capítulo IV- Considerações Finais, e último, neste capítulo são apresentadas as conclusões sobre a diplomacia multilateral e seu impacto no desenvolvimento dos Estados e no caso específico de Angola bem como as limitações, as sugestões e recomendações, e as referências bibliográficas.

II - CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo faz um enquadramento conceptual abordando alguns conceitos fundamentais, que conduzem toda investigação. A preocupação de elucidar a importância da diplomacia multilateral para o desenvolvimento de Angola, os condicionantes que lhes subjazem, leva-nos a uma abordagem em termos das teorias e políticas no quadro da diplomacia em si.

Assim sendo, este capítulo teórico tem como objetivo central a investigação em várias abordagens de variados autores em questões da Diplomacia, sua origem, a Política Externa, da diplomacia bilateral à multilateral, a diplomacia multilateral em busca do desenvolvimento dos Estados e a Problemática do desenvolvimento e Característica do subdesenvolvimento em África e Angola.

Pretende-se com esta abordagem preliminar a conceitualização teórica que nos faculte elementos de análise e de compreensão do nosso estudo que está precisamente inserido na importância da diplomacia multilateral para o desenvolvimento de Angola.

2.1 A Política Externa e a Diplomacia Numa Perspectiva Teórica

Na Comunidade internacional, nenhum Estado é auto-suficiente, pelo contrário, todos eles relacionam-se de tal forma, que tornam a Comunidade Internacional interdependente. Diante desta situação, as unidades políticas e juridicamente organizadas, são obrigadas a prepararem políticas, para buscarem no ambiente internacional recursos que lhes permitem satisfazer as suas necessidades.

De acordo com Magalhães (2005) o conceito de política externa, é diferente da política interna, neste sentido, ela refere-se à atividade exercida por um Estado no domínio externo, ou seja para além das suas fronteiras políticas. O mesmo destaca ainda que a expressão política externa é utilizada para designar o sector atividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de Estados. Com base neste conceito de Magalhães, Rosati (2006) fundamenta que a política externa é a atividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar os seus objetivos.

Porém, Gomes (2006) salientou que, em política externa, quando se fala em objetivos, refere-se aos objetivos nacionais autênticos e não àqueles que ele considera como episódicos, ocasionais ou puramente circunstanciais. Trata-se sim dos objetivos nacionais permanentes, embora adaptados às circunstâncias de cada momento histórico.

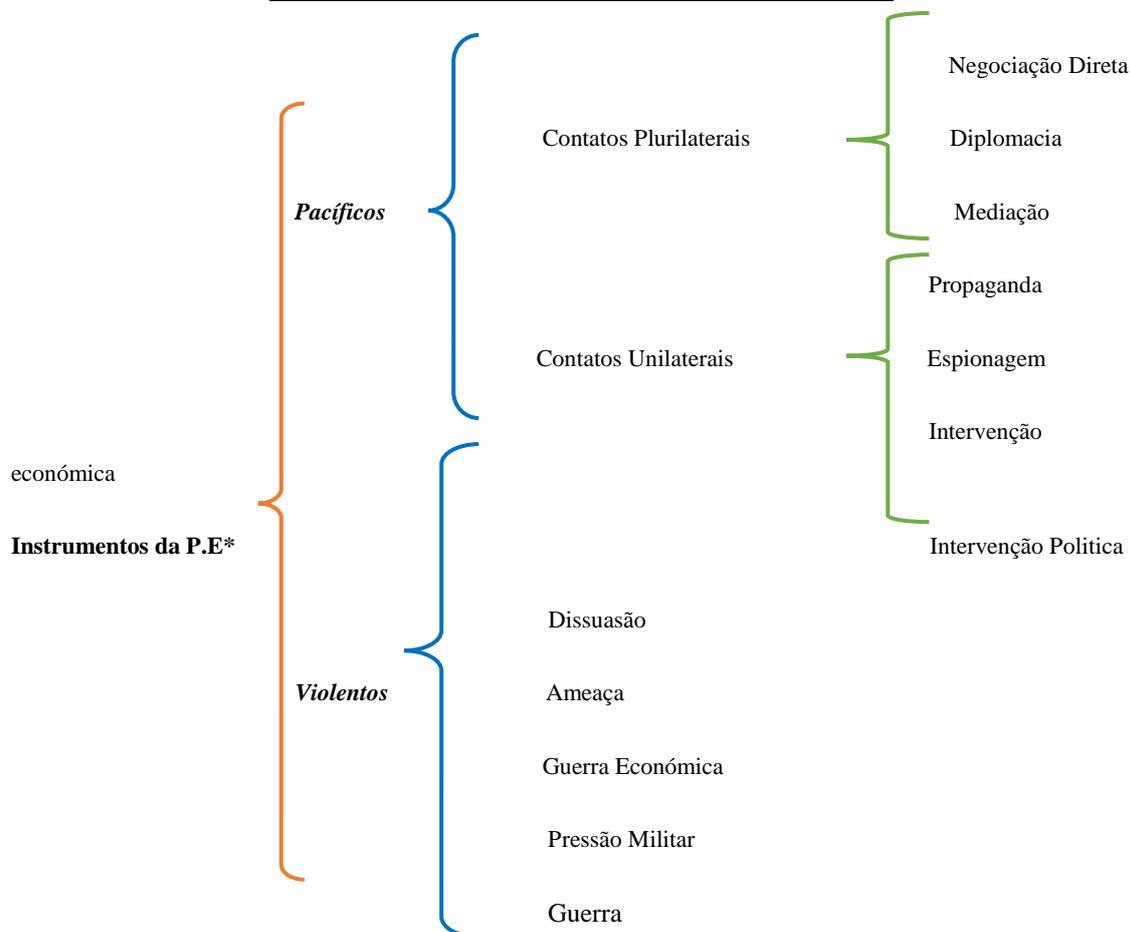
Existem objetivos genéricos que dizem respeito à própria sobrevivência da espécie ou de uma civilização que são ou deviam ser comuns a todos Estados. Estes objetivos, são os que se prendem, com a concepção de uma sociedade internacional orgânica e juridicamente organizada, entre eles se destacam; a manutenção da paz, a defesa do direito internacional, a instauração de uma ordem internacional e também regional justa, a salvaguarda do ambiente à escala planetária, o combate à fome e o subdesenvolvimento, Brownle (1997).

Embora estes objetivos acima mencionados, sejam defendidos pelos Estados e organizações internacionais, eles não são implementados, e se forem, frequentemente serão violados porque, os Estados apresentam características diferentes, formulam e executam as suas políticas externas de maneira diferente. Diante desta situação, a política externa, oferece uma série de instrumentos que podem gerar equilíbrio nas relações entre atores internacionais.

Nesta perspectiva, Greepam (2009) defende que no contexto internacional, os Estados procuram alcançar dois objetivos fundamentais, que são: a segurança e o desenvolvimento. Para o alcance destes objetivos acima descritos, os Governos utilizam a política externa que congrega consigo uma série de instrumentos.

Estas condicionantes levam os Estados terem conflitos geopolíticos e geoestratégicos, o que altera o funcionamento do sistema internacional e conduz o mesmo numa situação de anarquia internacional. Diante desta situação, a política externa, oferece uma série de instrumentos que podem gerar equilíbrio nas relações entre atores internacionais.

Esquema dos Instrumentos da política Externa



Fonte: Magalhães, 2005:30 * Política Externa.

Este esquema, mostra-nos que a política externa, tem vários instrumentos a sua disposição, os actores internacionais, especificamente os Estados e que devem procurar utilizar o mais benigno para poder satisfazer as suas necessidades no ambiente internacional.

Segundo Magalhães (2005), os instrumentos à disposição da política externa podem assumir um carácter pacífico ou violento. Os instrumentos da política externa de carácter pacífico estão divididos em meios plurilaterais e unilaterais.

Nos meios plurilaterais, encontramos a negociação levada a cabo directamente pelos detentores do poder político dos Estados, a chamada negociação directa.

No que se refere aos meios unilaterais encontramos a propaganda, que é a infiltração das ideias favoráveis à política externa de um país junto da população de outro país, a

espionagem, que é exercida por meio de agentes secretos de um Estado junto de outro para a obtenção, por meios não legítimos ou ocultos de informações uteis à sua política; a intervenção económica, que é acção de um Estado junto do outro através dos vários meios oferecidos no domínio económicos e a intervenção política, que é a forma mais ou menos oculta de um Estado intervir nos assuntos interno do outro Estado.

Os instrumentos da política externa de carácter violento, segundo Magalhães (2005) podem assumir as seguintes formas: dissuasão, que pode ser vista como a capacidade (militar, económica, política) que um Estado tem para influenciar outros Estados no sentido de evitar que tome determinada iniciativa ou atitude; ameaça, que é o emprego da força feito por um Estado em relação ao outro; a guerra económica que é o emprego de sanções de carácter económico aplicadas por um Estado contra outro Estado; pressão militar, que é a utilização de forças militares sem se chegar ao ataque propriamente dito; a guerra, que é o ataque das forças militares de um Estado contra o território, instalações militares ou populações de outro.

Os instrumentos pacíficos e os instrumentos violentos da política externa, têm sido alvo de muitos debates, porque na teoria nota-se um caso e na prática tem-se constatado outro. Se olharmos para a propaganda, ou seja a divulgação de ideias favoráveis à política externa de um país junto de outro, notamos que ela constitui um elemento de agressão quer contra o país objecto da propaganda, ou contra um terceiro país. Este instrumento embora seja pacífico é gerador de conflitos na sociedade internacional

Por outro lado, temos a espionagem, este instrumento utiliza agentes secretos e meios ocultos ou ilegítimos para colher informações, o que sem ser um meio violento também não é tão pacífico, e actualmente tem sido considerado como o principal gerador de crises nas relações entre os actores internacionais. Quanto à intervenção económica e política, elas podem revestir-se de formas que as aproximem da ameaça ou da guerra económica.

Salientamos que, este instrumento foi usado por muito tempo ao longo da guerra fria, após o término da mesma em 1989 com a queda do morro de Berlim e unificação da União Soviética, ficou tipificado no Direito internacional público como crime, atualmente o Estado que utilizar a espionagem será penalizado.

Portanto, há que prestar atenção à forma como os governos usam os instrumentos pacíficos da política externa na concretização dos seus interesses, pois como vimos aqui, eles nem sempre carregam consigo a conceito de pacificidade.

Já os Estados, no uso dos instrumentos violentos para a concretização dos seus interesses, nem sempre são tão violentos como a própria terminologia diz. Por exemplo se olhamos para a dissuasão, classificada como instrumento violento da política externa, pode ser vista como instrumento de paz, isto é através da forma como ela se processa, que é plurilateral.

As sanções económicas, que são o exemplo mais típico da guerra económica, são decididas pelos Governos com total intervenção das suas máquinas diplomáticas, seja bilateralmente, seja em órgãos como a ONU ou em organizações regionais.

A realidade é tão complexa que pode-se mesmo, constatar a utilização de instrumentos pacíficos ao serviço de uma política externa agressiva, tal como há instrumentos violentos ao serviço de uma política externa pacífica.

É em função desta análise, que Moreira (2008) afirma que entre os instrumentos à disposição da política externa, o mais importante é a diplomacia. Pelo facto de esta se desenvolver de forma aberta, pacífica e cobrir todos aspectos que são objetos de cooperação entre os Estados (políticas, económicas, sociais e culturais).

No mundo atual, a diplomacia é vista como o instrumento típico e genérico da política externa, porque ela permite o estabelecimento e o desenvolvimento de comunicações ou diálogo entre dois poderes políticos diferenciados, de forma pacífica, através do emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas partes, Magalhães (2005).

Essa prática é diferente dos outros instrumentos da política externa, pelo facto de gerar um equilíbrio nas relações entre os Estados, ela permite os Estados dialogarem, a identificarem objetivos conjuntos, a obterem ganhos conjuntos, a alcançarem os seus interesses sem o uso da força. Os fundamentos da diplomacia devem basear-se no consentimento, na reciprocidade, no respeito pela soberania, na confiança, no diálogo e na boa-fé.

Assim sendo, Zeca (2013) define a diplomacia como um instrumento para materializar a política externa do Estado na arena internacional e constitui o meio que facilita a relação entre os Estados.

Portanto, Mongiardim (2007) adianta que a diplomacia constitui o instrumento da política externa de que os Estados e outros actores internacionais se amparam para prosseguir objetivos comuns que por outra via teriam mais dificuldade em realizar.

Autores como Waltz (2002) defendem que a prática diplomática, não deve limitar-se apenas aos Estados, nem deve ser apenas definida como uma atividade que se desenvolve a luz dos Estados. Este autor aponta que desde a Segunda Guerra Mundial até aos dias atuais, a sociedade internacional sofreu transformações.

Logo, a vida internacional passou a ser muito mais complexa, a teia dos laços que prendem os países uns aos outros, a nível regional ou mundial, é hoje imensa e abrange todos os campos, multiplicam-se os agrupamentos regionais, os organismos especializados, as organizações internacionais, os acordos bilaterais, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento das comunicações, proliferaram os contactos e movimentos de pessoas, nomeadamente através do turismo, desenvolveram-se o comércio e as relações económicas e financeiras, apareceram novos atores na cena internacional, quantas vezes mais poderosos e influentes que muitos Estados juridicamente constituídos.

Isto mostra-nos que existe um sistema internacional que é composto, não só de Estados justapostos e inter-relacionados juridicamente em base de igualdade, mas também por outras camadas sobrepostas: sistemas de aliança, organizações internacionais, serviços públicos intergovernamentais, organismos ideológicos ou profissionais, organizações não-governamentais, grandes empresas multinacionais, bancos e consórcios de bancos de alcance internacional, Igrejas, mesmo os indivíduos e os pequenos grupos mantêm relações entre si e, em certos casos, passaram a atores das relações internacionais, e como a diplomacia é uma atividade que se desenvolve no campo das relações internacionais, deve ser utilizada por todos estes atores.

Perante esta diversidade de atores internacionais, procurou-se desenvolver uma definição de diplomacia que envolvesse todos os atores internacionais, e não somente o Estado. Foi assim que, Barston (2006) definiu a diplomacia como a atividade que se interessa pela gestão do relacionamento entre Estados e outros atores internacionais. E

Melissen (2009), procurou dar mais corpo a este conceito, definindo a diplomacia como um mecanismo de representação, negociação, promoção, proteção, informação, pelo qual os Estados e outros atores internacionais conduzem os seus negócios.

Estas definições vêm reforçar o conceito de diplomacia, que antigamente era definida numa perspectiva muito restrita, e que só, abrangia os Estados.

A ideia de que o Estado é o único ator das relações internacionais, e que deve ser o único interveniente no jogo diplomático emana da visão realista, que encara o sistema internacional como anárquico e centra a sua atenção no Estado, reconhecendo-o como único ator capaz de atingir o interesse nacional.

A corrente realista preocupa-se com questões concernentes à guerra e paz, daí que prestam muita atenção a segurança interna contra as ameaças externas, Nye (2002). Os mesmos sublinham que o Estado é o único ator nas relações internacionais, apesar da existência de diferentes políticas dentro de um Estado, essas são resolvidas com recurso à autoridade de modo a fazer com que este se pronuncie a uma voz como um todo. Na sua orientação externa, o Estado tem uma série de alternativas que serão avaliadas pelas decisões governamentais, escolhendo alternativas que maximize os ganhos e minimize os custos.

A segurança nacional é uma questão que está no topo da hierarquia dos assuntos das relações internacionais, e o poder é o conceito chave. Para os realistas, as questões relacionadas com segurança militar ocupam o topo das prioridades numa lista em que as questões económicas e sociais são tidas como de pouca importância, conforme Zeca (2013)

Com o decorrer do tempo e a complexidade que vem crescendo na vida internacional, a visão realista passou a ser muito criticada e pouco credível para explicar as relações internacionais, por negligenciar vários fenómenos que têm transformado a natureza das relações internacionais. Sendo assim, a ideia de que o Estado é o único das relações internacionais, é bastante vaga porque isso não é compatível com a realidade.

A dinâmica na Comunidade internacional originou a emergência de outros atores, como as organizações internacionais, as organizações não-governamentais, as empresas multinacionais, que tem sido importantes vetores da política internacional, pelo facto

destes preocuparem-se com questões militares e de segurança, nota-se que este poder não estende-se a outras dimensões, como a económica e social. Outra crítica é que o realismo não consegue explicar a cooperação entre Estados em áreas não militares.

Entretanto, a visão da corrente idealista surgiu para ajudar a compreender as relações internacionais, bem como a diplomacia. Dugherty e pfaltzgraff (2003) referem que esta corrente tem como elemento central a harmonia de interesses na paz ao nível da coletividade, por isso ela é apologista da diplomacia e da cooperação internacional.

Segundo Nye (2002) os idealistas vêem uma sociedade global que funciona lado a lado com os Estados e que estabelece parte do contexto para os Estados. Esta visão reconhece a existência de outros atores internacionais, defende a institucionalização da Comunidade internacional e tem a diplomacia e a cooperação como elementos preponderantes da sua ação.

Os idealistas promovem e defendem um mundo mais interligado e globalizado com a diplomacia aberta e multilateral das organizações internacionais, regulado pelo direito internacional, Jackson (2007)

Portanto, nota-se que estas duas teorias, têm causado grandes debates nas relações internacionais, pelo facto desta ser ainda muito caracterizada pela competição e pela cooperação. Ou seja, em alguns momentos o mundo apresenta um comportamento cooperativos e em outros um comportamento competitivo, estas mudanças no funcionamento do sistema, faz com que estas duas teorias sejam fundamentais para compreensão das relações internacionais, que ainda não é um projeto acabado, mas sim construção.

Neste contexto, a diplomacia é vista mais uma vez como um instrumento de equilíbrio entre os actores internacionais, porque quer em ambiente cooperativo, como competitivo, os Estados são obrigados a se relacionarem, e o instrumento que permite o estabelecimento destas relações é a diplomacia, daí então que, nota-se a sua importância na facilitação de situações que são fundamentais para os Estados.

2.2 Da Diplomacia Bilateral à Multilateral

Como descreveu-se na secção anterior, as interações na comunidade internacional, são vistas como um jogo, em que cada ator procura dominar ou quebrar as regras para preservar ou promover os seus interesses, nestas circunstâncias o instrumento da política externa que tem capacidade de gerar equilíbrio no jogo da política internacional, é a diplomacia.

De acordo com Campos (2002) a diplomacia ajuda os Estados a agirem de forma cooperativa, a alcançarem ganhos conjuntos e a desenvolverem diversos tipos de relações. Por estes motivos, é que muitos Estados a utilizam para garantir a sua segurança, face as disputas geopolíticas que se travam na comunidade internacional, outros a utilizam para garantir ou aumentar o crescimento económico.

A utilização deste instrumento pelos Estados, originam a proliferação das relações diplomáticas em todo mundo. Na ótica de Campos (2002) estas relações são atividades oficiais, desenvolvida entre dois Estados, por intermédio de agentes diplomáticos reciprocamente acreditados pelos respectivos governos.

Assim, a faculdade dos Estados utilizarem as relações diplomáticas em pé de igualdade representa o sinal exterior mais seguro da sua soberania, e dá-se o nome de direito de legação, segundo Zeca (2015) este direito, é que dá aos Estados a faculdade de enviar e receber missões diplomáticas. Assim, a faculdade de um Estado enviar agentes ou missões diplomáticas a um determinado Estado, dá-se o nome de legação ativa, e a faculdade de receber agentes ou missões diplomáticas provenientes de outros Estados dá-se o nome de legação passiva.

A partir do momento em que um Estado estabelece relações diplomáticas com outro Estado, deve exercer as funções diplomáticas.

Segundo o Artigo 3º da Convenção de Viena de 1961¹ as funções diplomáticas consistem em representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado; proteger no outro Estado os interesses dos seus cidadãos, dentro dos limites permitidos pelo direito

¹ Essa convenção tem como objetivo regular as relações diplomáticas entre os Estados, principalmente as questões que tem a ver com os privilégios e imunidade de que gozam os funcionários das missões diplomáticas.

internacional; negociar com outro Estado; inteirar-se por os meios lícitos as condições existentes e da evolução dos acontecimentos e informar a esse respeito o governo do outro Estado; promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais científicas entre os dois Estados.

Cada uma dessas funções, permitem que a atividade diplomática se desenvolva na sua plenitude, pois sem elas, o Estado torna-se incapaz de entender as transformações ocorrida na Comunidade internacional e terá dificuldades em definir e concretizar os seus interesses.

Contudo, nas Relações diplomáticas as funções diplomáticas constituem verdadeiros serviços públicos internacionais, que no desenvolvimento da sua atividade podem assumir um carácter bilateral como multilateral.

Por diplomacia bilateral, entende-se o relacionamento entre dois Estados ou duas entidades dotadas de direito internacional, que pode terminar com a concretização de acordos bilaterais nos mais variados sectores da vida social, Goyos (2009)

Nas relações internacionais, a diplomacia bilateral é geralmente usada para indicar políticas conjuntas adoptadas por dois actores, Estados ou organizações internacionais, em particular, relativamente a relações políticas, económicas, sociais, comerciais, militares, Sousa (2005).

De acordo com Morillas (2001) a diplomacia bilateral é realizada pelos chefes de Estado e de Governo, e mormente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministro da Economia, pelas Embaixadas e Consulados distribuídos pelo mundo. Trata-se do modelo mais tradicional e estipula as relações entre agentes estaduais de dois países.

Já a diplomacia multilateral, que é o foco desta dissertação, é bem diferente da diplomacia bilateral. Segundo Magalhães (2005) ela é vista como forma de condução das relações entre mais de dois Estados ou atores Internacionais.

No entender de Guilherme (2010) a diplomacia multilateral constitui uma forma de cooperação entre vários Estados para dar resposta a problemáticas específicas que se registam numa comunidade de interesses de vários Estados ou grupo de Estados que procuram promover-se coletivamente.

Esta postura dos Estados protegerem-se e promoverem-se de forma coletiva, surge em função da complexidade da vida internacional que é bastante moldada pela globalização. Ou seja, este fenómeno, obriga a abertura das economias e das fronteiras nacionais, intensifica os movimentos de capitais, a circulação de pessoas, aumenta o conhecimento e difunde a informação através das tecnologias de comunicação e do desenvolvimento dos transportes. Laranjo (2010)

É com bases nestas complexidades acima apontadas que a diplomacia multilateral levou e continua a levar os Estados a agruparem-se em organizações internacionais. Todavia, Creuz (2008) destaca que essas organizações podem assumir duas maneiras distintas: organizações de cooperação e organizações de integração.

No primeiro caso, estaremos perante uma situação em que um conjunto de Estados vão decidir agrupar-se numa organização que lhes servirá de plataforma de discussão, sobre políticas de desenvolvimento entre os mesmos. É o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como muitas das suas agências especializadas.

Ao contrário das organizações de cooperação, que não implicam para os Estados a perda de qualquer parcela das suas prerrogativas soberanas externas, as organizações de integração determinam sempre a perda de alguma soberania por parte dos Estados integrados, ou pelo menos, limitam o exercício da respectiva soberania nos sectores de actividade em que tais Estados estão abrangidos pelo processo de integração, é o caso da União Europeia (UE).

Portanto, quer nas organizações de carácter cooperativo como nas organizações de carácter integrativo, os Estados têm encontrado soluções para os seus problemas, apesar delas apresentarem métodos de ação diferentes, a sua finalidade é única e têm objetivos comuns.

A diplomacia multilateral, geralmente é executada por organizações internacionais ou associações de Estados soberanos que perseguem objetivos e interesses comuns. Nestas instituições, a diplomacia multilateral joga um papel importante porque facilita o entendimento entre os membros, legitima as ações dos membros, reduz as tensões, resolve os conflitos por via pacífica, Zeca (2013).

Atualmente existe muitos debates sobre a diferença entre a diplomacia bilateral e multilateral. Estas duas modalidades diplomáticas são bastante diferentes, quer na implementação como na execução.

A diplomacia multilateral se assenta no reconhecimento da existência de uma comunidade de interesses de vários países ou grupos de países e que exige um tratamento de conjunto.

A diplomacia bilateral é diferente, ela assenta-se no relacionamento entre dois Estados, ou duas entidades dotadas de direito internacional que de forma livre e por consentimento mútuo procuram aprofundar as suas relações.

A outra diferença é que na diplomacia bilateral todas funções diplomáticas são exercidas pelos agentes diplomáticos, já na diplomacia multilateral, apenas é conferida ao grupo de Estados ou organizações internacionais funções como: representação, negociação, informação e promoção.

Por último, nota-se que a diplomacia multilateral exige uma técnica diferente daquela empregada pela diplomacia bilateral pois as condições operativas são diferentes, os problemas são discutidos de forma diferente e exigem formas particulares de atuação.

Apesar destas modalidades diplomáticas serem diferentes nos meios e nas formas que elas atuam, não significa que existe uma oposição entre elas, ou seja que a diplomacia multilateral dispense a existência da diplomacia bilateral.

Se analisarmos detalhadamente, iremos observar que não é numa conferência ou organização internacional que tudo se discute, se combina ou se resolve a volta de uma mesa, com todos os participantes. Existem sempre contatos bilaterais importantes em curso e os representantes em conferências e organizações internacionais têm de frequentemente recorrer a diligências da diplomacia bilateral dos seus respectivos países para ajudarem o seu trabalho nessas conferências e organizações internacionais. Por vezes são essas diligências bilaterais que constituem o elemento decisivo para que uma determinada decisão seja tomada no foro multilateral.

Por essa razão os governos que pretendem obter um determinado resultado no seio de uma organização internacional, fazem quase sempre acompanhar a ação dos seus representantes nessa organização internacional de diligências bilaterais junto de alguns

ou de todos os países membros. Portanto, a diplomacia multilateral não diminui a importância da diplomacia bilateral, pelo contrário elas complementa-se, Dias, (2010).

Desta forma, Mongiardim (2007) vem dar mais consistência à ideia de Dias, ao referir que desde sempre a diplomacia bilateral não se confinou ao relacionamento entre as embaixadas e as autoridades do Estado acreditador.

Todavia, apesar do nosso foco ser a diplomacia multilateral necessitamos fazer uma abordagem da diplomacia bilateral porque, estes dois modelos de diplomacia, têm grandes ligações. Segundo Mongiardim (2007) a diplomacia multilateral, enquanto modelo específico de funcionamento e de organização das práticas diplomáticas, e com uma filosofia de ação vocacionada para maximização de interesses comuns, haveria de se constituir como uma atividade independente e distinta da bilateral, na sequência das Grandes Guerras I e II), através da realização de importantes congressos de política internacional, para restabelecer a paz, penalizar os Estados que não cumpriram com os seus deveres internacionais, estipular sanções e proceder aos reajustamento das fronteiras territoriais.

Atualmente, a diplomacia multilateral é uma realidade consagrada, quer institucionalmente, quer na prática, cuja expressão ultrapassa em muito o campo tradicional da negociação diplomática, ao introduzir novos métodos e distintos agentes.

Pode-se afirmar que o âmbito de atuação da diplomacia multilateral já se sobrepõe as relações diretas entre os Estados à diplomacia bilateral, não obstante prevalecer a sua interação e complementaridade.

Esta sobreposição decorre das tendências que têm aumentado a complexidade da Comunidade internacional, Moreira (2008).

Por outro lado, a diplomacia multilateral facilita o alargamento e a definição de uma agenda internacional com temas mais atuais e relevantes, como sejam os relacionados com a democratização e a modernização dos Estados, ou os de carácter global, e por permitirem um diálogo político mais fluido e direto entre os máximos responsáveis dos Estados, para a coordenação de políticas e de ações de cooperação

Enquadrada pelos ideais da paz, da justiça e do progresso internacional, a diplomacia multilateral tende a sacrificar certos interesses nacionais, egoísta, à concretização do

interesse universal e dos valores da humanidade, ao mesmo tempo que a noção de compromisso, ai presente, mostra que esta modalidade diplomática assume um papel ainda mais importante e ativo na edificação da sociedade internacional.

Um outro motivo que mostra que esta modalidade diplomática é fundamental para a permanência dos Estados na Comunidade internacional é o facto de ela desenvolver-se com grande incidência, em domínios relacionados com a economia, finanças, comércio, a cultura e a defesa.

São nos domínios acima referenciados onde se encontram as potencialidade ou fraquezas de um Estado na Comunidade internacional, por isso aqueles que apresentam fraquezas nestes domínios procuram associar-se a outros ou aderem a organizações internacionais, com a finalidade de largar as suas possibilidades para maior satisfação das respetivas necessidades.

2.3 A Importância da Diplomacia Multilateral para o Desenvolvimento dos Estados

Na história da humanidade, a problemática do desenvolvimento é relativamente moderna. Antes da Revolução Industrial e da consolidação do sistema capitalista, as sociedades encontravam-se numa situação de quase estagnação. Tratava-se de sociedades essencialmente agrícolas, sem desenvolvimento técnico de grande envergadura, cuja evolução era lenta, Pureza (2005).

A Revolução Industrial, trouxe consigo a força mecânica, a produção fabril e o contínuo progresso técnico. Praticamente, ela transformou o trabalho manufatureiro em trabalho maquinário, o que permitiu a acumulação do capital e o desenvolvimento de algumas regiões do mundo, Pureza (2005).

Entretanto, Zau (2009) realça que na elaboração de um conceito para o desenvolvimento, temos que ter muita prudência, porque quando nos referimos ao desenvolvimento de um país, teremos que pensar num incremento de um todo orgânico e harmonioso relacionado com o crescimento da economia e com o progresso geral da sociedade.

Esta conexão entre crescimento económico e progresso da sociedade, dá-se pelo facto de que o crescimento económico, isolado de outros fatores ou setores extra económico,

não gera desenvolvimento. Logo, Pereira (2006) adianta que, para que haja desenvolvimento é essencial que exista um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade. Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam.

Assim, Laranjo (2010) nos ajuda a compreender ao explicar que o crescimento económico é um fenómeno de natureza quantitativa, que se consubstancia no aumento da produção e respetivamente no aumento do consumo.

Todavia, este fenómeno traduz-se na expansão da produção, no aumento de investimento, no aumento do comércio, e não se preocupa com os aspectos sociais, a preservação do ambiente ou redução das desigualdades. Por isso é que ele é visto como um fenómeno de carácter quantitativo, pelo facto de se importar apenas pela quantidade.

O desenvolvimento, segundo Vasconcelos e Garcia (1998) é o resultado do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social, como a pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação.

De acordo com Lamas (2004), a existência de mais indicadores, como os de carácter social e os de carácter cultural. Os primeiros englobam a alimentação, a saúde, a habitação, o emprego, a participação e as desigualdades de rendimento e, os segundos consideram a educação, a ciência, a tecnologia, as atividades culturais e a comunicação.

Portanto, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo, constituído por uma pluralidade de dimensões e não apenas como um processo de avaliação quantitativo. Ele obriga também a condições de ordem qualitativa.

Deste modo, a necessidade de promover a industrialização e o crescimento económico com vista a alcançar o desenvolvimento, tem desviado as atenções da verdadeira importância do desenvolvimento, que é a qualidade de vida da população. Por este motivo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), atuante em 166 países, destacou que a muito tempo foi esquecido que as pessoas são tanto os meios quanto o fim do desenvolvimento económico.

Para o PNUD, o que importa, na verdade, não é o nível de crescimento ou de industrialização, é o modo como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento económico são distribuídos para a população, de modo a melhorar a vida de todos.

Contudo, pensa-se hoje, cada vez mais, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano. Este pensamento deu origem a um novo conceito de desenvolvimento, denominado desenvolvimento humano.

Segundo o PNUD (1990)² Este novo conceito, procura deslocar os esforços para a esfera humana do desenvolvimento (para além das esferas económica, política, social), por isso ela carrega a ideia de expandir, através da promoção de políticas públicas, as escolhas e oportunidades de cada pessoa. O desenvolvimento humano, deve ser um processo através do qual as oportunidades dos indivíduos são ampliadas, sendo as mais importante uma vida prolongada e saudável, o acesso à educação e a fruição de um nível de vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política e a garantia dos direitos humanos e o respeito por si mesmo. Estas oportunidades podem ser infinitas e altera-se com o tempo.

Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter e muito menos aumentar o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema económico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento económico é condição necessária para o desenvolvimento económico, e este é fundamental para o desenvolvimento humano.

Em outros termos, podemos destacar que o desenvolvimento humano, procura dar centralidade às pessoas, ao ser humano, tendo como propósito do desenvolvimento o homem e não a acumulação de riquezas. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento humano, tem-se que reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. Em poucas palavras, os países ou regiões devem concentrar-se não apenas no crescimento, mas também preocupar-se com a sua distribuição.

² Para mais informações consultar <http://www.pnud.org.br>.

Para auxiliar a monitorar a eficiência das políticas adotadas para atingir o tão sonhado desenvolvimento, é imprescindível a existência de um amplo quadro de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano³.

Contudo, o debate sobre a problemática do desenvolvimento não se esgota somente nas dimensões acima apresentada, ao longo do tempo tem se procurado cada vez mais primar pela qualidade, e como o desenvolvimento é qualitativo, outras dimensões têm vindo aumentar a qualidade deste fenômenos.

Atualmente pensar no desenvolvimento, é pensar na distribuição da renda, na saúde, na educação e no meio ambiente. Em função deste último ponto, surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Este conceito surge por causa da dimensão ambiental, construída a partir da consciencialização de que modelos insustentáveis de consumo e a degradação dos recursos naturais não deveriam seguir a mesma velocidade e intensidade.

O desenvolvimento está focado na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades.

De acordo com Sachs (1993), a questão do desenvolvimento sustentável, aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância econômica que separa as classes sociais.

A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a

³ Este indicador tem como finalidade medir as realizações médias de desenvolvimento humano, e baseia-se em três elementos essenciais da vida humana: longevidade, o saber e o nível de vida.

sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade e maneira a despertar uma consciência ambiental. que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Considerando essas dimensões, na visão de Sachs (1993), consegue-se atingir o desenvolvimento sustentável. Isso, obviamente, não esquecendo que os agentes económicos (empresas, famílias e governo) têm carências que não podem deixar de ser atendidas. Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endémicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor⁴.

Essa discussão é fundamental para esclarecer a controvérsia entre o conceito de crescimento económico e o conceito de desenvolvimento. Ampliação do produto é importante, mas não traz por si só desenvolvimento. Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade. Zau (2009) reforçou este pensamento afirmando que actualmente, o conceito de desenvolvimento passou a ser entendido como o padrão das transformações económicas, sociais e estruturais, através da melhoria qualitativa do equilíbrio relativo ao meio ambiente.

Em função dos diversos conceitos de desenvolvimento acima mencionado, compreendeu-se, que este fenómeno tem evoluído com o decorrer do tempo, e como ele é qualitativo, tem procurado cada vez mais congregar elementos que são importantes para a melhoria de vida das populações, daí que primeiro se importava com o aumento da produção, depois incluiu a sociedade, posteriormente centrou-se no homem e

⁴ Para mais informações consultar a Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (1991:47)

atualmente procura fazer uma combinação entre estes elementos mencionados e o meio ambiente.

Para Rist (1996), a noção de desenvolvimento, criou também a noção de subdesenvolvimento, encarado como o seu lado oposto. Segundo Laranjo (2010) esta situação é fruto da evolução do processo de desenvolvimento, que ocorreu somente em alguns países ou regiões do mundo. Este autor explica que a raiz histórica do desenvolvimento teve as suas origens na revolução industrial que teve o seu arranque na Grã-Bretanha, posteriormente estendeu-se a alguns países do continente europeu como a França, a Bélgica, Alemanha, Itália e Rússia.

Com os avanços na técnica e na industrialização, essa expansão industrial, saltou o atlântico e foi potenciar a rápida industrialização dos Estados Unidos da América e do Japão. Deste modo, os países ou regiões do mundo que não participaram ou nem foram abrangidos pelo processo da revolução industrial passaram a ser vistos como países subdesenvolvidos.

Portanto, um país subdesenvolvido ou em via de desenvolvimento, Segundo Ferreira (2004) é aquele em que a sua economia não pode assegurar à população senão um fraco nível de vida e se encontra nos primeiros estádios do seu desenvolvimento. De acordo com Pureza (2005) os países subdesenvolvidos possuem elevadas taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, de natalidade, desigualdade social, crescimento popular, reduzidas taxas de consumo de energia e renda per capita, reduzida expectativa de vida, reduzido nível de industrialização. Com o endividamento externo, relações comerciais desfavoráveis, forte influência de empresas internacionais que gera a dependência económica.

O pensamento de Rist (1996) que analisava o desenvolvimento como o lado oposto do subdesenvolvimento, é reforçado por Mello (2004) que afirmava que os países desenvolvidos são aqueles que possuem altos níveis de industrialização, nível elevado de consumo de energia, elevada expectativa de vida, baixo crescimento populacional, reduzida taxa de analfabetismo, reduzida taxa de mortalidade infantil, e a sua qualidade dominante são as exportações de produtos industriais.

A questão do subdesenvolvimento passou a preocupar a comunidade internacional, após a II Guerra Mundial. Greenspan (2009) menciona que depois da II Guerra Mundial, e com o acesso à independência dos países até ai colonizados, foram postas em relevo as

grandes desigualdades de desenvolvimento entre, por um lado, a Europa e os Estados Unidos, que se tinham industrializados e, por outro, os territórios que tinham sido colonizados, os quais, com os seus recursos naturais, haviam ajudado o crescimento dos primeiros.

A segunda metade do século XX foi marcada pelas questões do desenvolvimento. O aumento do desemprego, da exclusão social, da miséria e da violência inscrevem-se, paradoxalmente, num contexto mundial, onde a criação da riqueza não para de aumentar. Em dezenas de países, milhões de pessoas vivem mais tempo e mais confortavelmente, fazem estudos mais prolongados e produzem objetos mais sofisticados. Noutros, a fome e a miséria agravam-se. De facto, o mundo tem assistido cada vez mais o fosso crescente entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

Segundo Laranjo (2010) a tendência de associar o desenvolvimento a industrialização, advém da revolução industrial, na qual muitos países tornaram-se industrializados e criaram excedentes. Atualmente, a industrialização não gera automaticamente o desenvolvimento, porque o aumento da produção não aumenta o nível de vida das populações.

Deste modo, nota-se que o subdesenvolvimento é um fenómeno que deve ser suplantado com políticas que abrangem outros níveis da realidade social e não só as políticas económicas.

2.4 Características do Subdesenvolvimento em África

A África é e sempre foi reconhecida pela sua riqueza e potencial natural. Além de possuir um clima estável e propício para a produção agrícola, trata-se de uma região altamente populosa e geopoliticamente bem localizada, possuindo acesso aos Oceanos Atlântico e Índico e relativa proximidade aos continentes Americano, Europeu e Asiático. Assim sendo, nota-se que este continente possui um grande potencial para o desenvolvimento e competição no cenário internacional, no entanto, a realidade da região é marcada pelo atraso económico e instabilidade política.

As explicações para esta problemática, são amplas e variadas, elas vão desde o tráfico de escravos, passando pela colonização, e chegam até as independências que geraram dependências (políticas económica, sociais culturais).

Segundo Silva (2009) o controle político, social e económico da África durante o período da colonização por parte das potências europeias, permitiu que elas acumulassem grandes quantidades riquezas fruto da exploração de recursos naturais e matérias primas extraídas nestes territórios.

Este comportamento levado a cabo pelas potências europeias, fez com que Cohen (1976), afirma-se que o subdesenvolvimento é um bloqueio ao desenvolvimento, ou seja é um tipo de desenvolvimento capitalista levado a cabo nas ex-colônias transformadas em países periféricos, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação do capital dos países do centro, que os impedia de atingir o estágio alcançado pelos países desenvolvidos.

Desta maneira, vários indicadores podem nos ajudar a caracterizar o subdesenvolvimento em África, uma vez que maior parte dos países subdesenvolvidos fazem parte deste continente.

Estruturas económicas e sociais deformadas, é umas das características mais visíveis do subdesenvolvimento africano.

Segundo Laranjo (2010) maioria dos países africanos são monoprodutores e monoexportadores, nestes tipos de economia nota-se o desenvolvimento unilateral e relativamente exagerado de um ou dois ramos da produção, pertencentes ao sector primário ou à indústria extrativas, isso lhes torna automaticamente exportadores de um ou dois produtos do setor primário, cujas as receitas são quase a única fonte de divisas. Esta estrutura económica conduz a uma enorme dependência dos mercados estrangeiros.

Geralmente nos países africanos, o setor primário é largamente predominante não por causa dos investimentos feitos na agricultura mas sim na extração e exportação de um recurso natural estratégico, com efeito o sector secundário é significativo, limitando-se em regra, a algumas indústrias ligeiras, encontrando-se o sector terciário também pouco desenvolvido, com serviços escassos e mal organizados, Soares, (2011).

A impreparação da mão-de-obra, é também aqui apontada como uma característica do subdesenvolvimento africano. Uma vez que a maior parte da mão- de- obra dos países subdesenvolvido encontra-se na agricultura de subsistência, o desconhecimento de técnicas agrónomas e adequadas, a dependência da situação climática, a erosão dos

solos, as devastações causadas pelas guerras tem vindo a provocar um decréscimo de produtividade da agricultura, com consequências graves na situação alimentar, Soares, (2011).

Sendo assim, os baixos níveis de alfabetização e educação, a dificuldade de acesso a meios de informação e o reduzido número de equipamento são características que explicam uma fraca produtividade do trabalho.

A explosão demográfica, é outra característica que marca o subdesenvolvimento. Nos países africanos o crescimento populacional constitui uma ameaça ao subdesenvolvimento porque o aumento da produção não acompanha o aumento da população, deste modo o rendimento per capita diminui e outras consequências negativas desta situação são: agravamento da pobreza e das desigualdades, a fraca educação das crianças, a degradação da saúde das mães e das crianças, maior pressão sobre os solos, com repercussão na alimentação e no ambiente, Ferreira, (2004).

Na ótica de Pureza (2005) a desigual repartição dos rendimentos, é outra característica da pobreza dos países africanos, nesses países a repartição dos rendimentos é muito desigual, detendo uma pequena parte da população uma grande parcela dos rendimentos, enquanto a maior parte da população fica com a pequena parcela, o que origina profundas desigualdades sociais. Estas desigualdades, além de um desperdício económico são socialmente desestabilizadoras, daí que tem que se prestar muita atenção. O baixo nível de investimento é a outra característica do subdesenvolvimento africano.

Assim, Laranjo (2010) fundamenta que os países africanos apresentam um nível baixo de rendimento per capita e ainda uma parte do rendimento nacional é constituído pelo lucro dos investidores estrangeiros, que o enviam para os respectivos países de origem, com efeito, a população nacional aufere magros rendimentos que muitas vezes nem chegam para satisfazer as necessidades primárias.

Assim, verifica-se que sem poupança, não há investimento, e sem investimento, não há produção, e sem produção, não há criação de riqueza que proporcione a repartição de rendimentos. A solução tem sido o recurso ao capital estrangeiro, com agravamento da dívida externa.

A dependência externa, é outra característica de subdesenvolvimento dos países africanos. Afonso e Fernandes (2005) destacam que esta dependência traduz-se na incapacidade de um país por si só e de forma autónoma superar o estado de dependência em que se encontra face ao exterior.

Para estas autoras, dois aspectos devem estar na base desta característica, uma é a divisão internacional do trabalho, outra é o processo de acumulação de capital. Já vimos anteriormente que nos países africanos, quase que não existe a divisão internacional do trabalho, os especialistas quase que não existe, nestas condições fica difícil alcançar a modernidade, o progresso ou o desenvolvimento porque essa depende da divisão internacional do trabalho. No segundo caso, a forma dos países africanos acumularem capital é quase de graça, ou seja é através da venda de um ou dois recursos naturais, eles não se preocupam com a exploração de outros sectores nem com a diversificação da economia.

Apesar destas características, os Estados africanos são constantemente assolados por conflitos armados, que causam a destruição física dos países, geram grandes emigrações e afetam significativamente a atividade económica, a má governação também têm contribuído para perpetuação das características do subdesenvolvimento, nestes Estados, a transparência, a competência e a eficácia, não se faz sentir, pelo contrário, a não transparência, o nepotismo e a irracionalidade, são os parceiros da governação daí que muitas das vezes os programas, os projetos e financiamentos com vista a promoção do bem-estar social, não atingem os seus objetivos devido estas más práticas.

Contudo, existe um grande trabalho por parte dos atores internacionais, especificamente os Estados e as organizações internacionais, que têm evidenciado esforços no sentido de reduzir o nível de pobreza vigente em África, visto que é nesta região do mundo aonde assenta grande parte da pobreza no mundo.

2.5 Ações da Diplomacia Multilateral em busca do desenvolvimento

A diplomacia multilateral congrega em si vários objetivos, entre eles podemos destacar a paz, a segurança e o progresso internacional. Mas, Afonso (2005) enfatiza que dentre estes objetivos, o mais importante é a manutenção da paz e segurança internacional, posteriormente é que ela prioriza as questões que tem haver com a produção de práticas

que promovam o desenvolvimento entre as nações de modos assegurar o bem estar económico e social a nível internacional.

Para Afonso (2005) a paz é o elemento fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Logo, é impossível falar de crescimento económico, de investimento, de emprego, de desenvolvimento, se um Estado ou região não vive um clima de paz e segurança. Daí que a preservação da paz e segurança deve estar no topo das preocupações da diplomacia multilateral.

Todavia, a paz não é tudo, é preciso que neste tipo de ambiente, os Estados e as organizações internacionais, criam uma série de políticas e estratégias que visam a manutenção e o reforço da paz. Na ótica de Basso (2008) estas políticas e estratégias devem ser direcionadas para a melhoria das condições de vida das populações, visto que o fosso entre as regiões que possuem melhores condições de vida e as regiões que possuem piores condições de vida tem aumentado.

Deste modo, nota-se que a diplomacia multilateral, não deve somente desenvolver esforços para preservação da paz, ela deve acima de tudo combater as dificuldades económicas e sociais, promover um progresso mais justo e equilibrado no mundo, objetivando a construção de um planeta mais seguro, pacífico e sustentável.

É com base neste pensamento, que muitas organizações internacionais e associações de Estados soberanos, começaram a desenvolver esforços no sentido de resgatarem ou ajudarem aqueles Estados ou regiões que pelas suas características políticas económicas e sociais não conseguem garantir à sua população um nível de vida normal aceitável.

De acordo com Pureza (2005) estes Estados ou regiões, possuem elevadas taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, de natalidade, desigualdade social, reduzidas taxas de consumo de energia e renda per capita, reduzida expectativa de vida, reduzido nível de industrialização.

Estes indicadores acima mencionados, podem ser encarados como fatores de subdesenvolvimento, e este fenómeno constitui uma ameaça à paz e a segurança internacional, porque através dele podem surgir outros problemas transversais como o terrorismo, a explosão demográfica, as drogas, a máfia, a proliferação de armas de destruição maciça, os fanatismos religiosos, o SIDA, o crime organizado, o efeito

estufa, a desertificação, as grandes migrações, que podem levar a desestabilização do sistema internacional, Santos (2010).

Neste contexto, a diplomacia multilateral, alargou o seu raio de ação e definiu uma agenda internacional, onde temas como o desenvolvimento, ambiente, modernização e defesa dos direitos humanos, passaram a ser visto como prioritários.

Desta forma, as organizações internacionais, que são as principais condutoras da diplomacia multilateral, passaram a desenvolver diálogos mais fluido e direto com os responsáveis máximos destes Estados ou regiões subdesenvolvidas para coordenarem políticas e estratégias de cooperação, com vista à erradicação ou a redução da pobreza, Mongiardim (2007).

É importante clarificar que os contatos desenvolvidos entre as organizações internacionais e os Estados subdesenvolvidos é produto da diplomacia multilateral, este tipo de diplomacia faz com que estes atores coordenem políticas e estratégias, estas políticas e estratégias quando serem concebidas de forma conjunta, vão dar lugar a cooperação.

Sendo assim, podemos afirmar que a cooperação multilateral é um nível avançado da diplomacia multilateral, pois é esta que abre o caminho para aproximação entre os detentores do poder político, é a diplomacia multilateral que motiva os detentores do poder político discutirem de forma conjunta as suas políticas e estratégias de ação, é a diplomacia multilateral que permite os detentores do poder político executarem de maneira conjunta as políticas e as estratégias concebidas.

Atualmente, quando se fala em cooperação multilateral para o desenvolvimento, muita gente, pensa que ela se reveste numa simples doação de dinheiro realizada por uma organização internacional a um Estados subdesenvolvido ou uma região subdesenvolvida. É mais do que isso, tem um sentido mais amplo, sendo a doação de dinheiro apenas uma das modalidades de cooperação, em que também se encontra a possibilidade de transferência de conhecimentos tecnológicos e estruturais, organização de acções especializadas em locais assolados por guerras e catástrofes naturais, doação de alimentos, instrumentos e medicamentos e também concessão de empréstimos em condições mais favoráveis do que as oferecidas por instituições privadas.

Segundo Afonso e Fernandes (2005) é preciso ter muita atenção quando está a se arquitetar e a implementar a cooperação multilateral, porque ela está associada a vários motivos. Estas autoras dizem que para além dos objectivos de promoção do desenvolvimento, tem havido outros motivos como a segurança nacional, os interesses políticos e comerciais, por parte das organizações internacionais.

Isto é, na altura dos estabelecimentos e desenvolvimentos dos contactos diplomáticos, as organizações internacionais optam por um discurso centrado na promoção do desenvolvimento e bem-estar social, mas na prática optam por ações centradas na segurança nacional, interesses comerciais ou de influência política.

É o caso da Organização das Nações Unidas, em que os argumentos para iniciar a cooperação para o desenvolvimento estão relacionados com a concretização dos objectivos de desenvolvimento, principalmente daqueles objectivos considerados do milénio. Mas tem certas organizações internacionais, como por exemplo a União Europeia, que o discurso oficial para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos é centrado na promoção do desenvolvimento, mas esconde frequentemente outras prioridades como a promoção dos interesses económicos e comerciais, o acesso e controlo de recursos naturais, matérias-primas e mercados.

Entretanto, podemos aqui compreender que a diplomacia multilateral, no seu estado mais avançado que é a cooperação multilateral, pode ser entendida como uma maneira solidária de entender as relações humanas, ou seja, ela tem a ideia de que os que têm maior capacidade financeira devem ter o dever moral de ajudar aqueles que têm maiores dificuldades económicas e sociais.

Aqui a cooperação não deve ser vista como uma espécie de caridade mas sim o contrário, os pobres têm o direito a uma parcela maior dos recursos de uma sociedade ou do mundo. Está aqui implícito o princípio de que todos os seres humanos têm o direito ao desenvolvimento (princípio defendido na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 1993, em Viena).

Por outro lado, a cooperação multilateral, pode também ser entendida como uma maneira estratégica de conduzir a política externa de um Estado ou organização de Estados, de acordo com seus interesses. Com essas práticas, muitos atores internacionais, conseguem ascender internacionalmente, ou seja expandem as suas

culturas, a suas importações, os seus investimentos, conseguem ter acesso aos recursos estratégicos e aos mercados, isso lhes possibilita aumentarem cada vez mais os seus poderes, e melhorarem a posição do contexto das nações.

A verdade é que independentemente da forma como a cooperação multilateral é conduzida, quer seja por motivos de desenvolvimento ou por motivos políticos e económicos, elas têm jogado um papel fundamental no desenvolvimento dos Estados, através do emprego de alguns dos seus instrumentos, designadamente: Cooperação técnica; cooperação Financeira, ajuda a projecto, ajuda programa, empréstimos.

2.5.1 A cooperação técnica

Normalmente este tipo de cooperação se reveste em forma de doações, em que uma organização ou um grupo de Estados soberanos, põe à disposição os seus recursos para desenvolver uma série de competências técnicas junto de um Estado, ou uma região, afim de alcançar o desenvolvimento de maneira equilibrada

Com base no pensamento de Mancini (2009.23) a cooperação técnica é canalizada para o desenvolvimento dos recursos humanos, através de uma melhoria dos níveis de qualificação, conhecimentos, know-how técnico e aptidões produtivas de um Estado subdesenvolvido. Um objetivo particularmente importante da cooperação técnica é o desenvolvimento institucional baseado no desenvolvimento dos recursos humanos, isto é, contribuir para o reforço e melhoria do funcionamento das numerosas instituições indispensáveis ao desenvolvimento sustentável através da gestão e funcionamento eficazes de uma economia e da sociedade em geral, desde os ministérios e estruturas administrativas locais, aos hospitais, escolas e empresas privadas,

Neste tipo de cooperação, as organizações internacionais, dão a possibilidade de cidadãos de Estados subdesenvolvidos se formarem nos seus Estados-membros, muito deles desenvolvidos; as organizações internacionais, executam pagamentos a consultores, conselheiros e pessoal similar assim como professores e administradores (incluindo custos de equipamento associados) que estão nos países subdesenvolvidos a desenvolverem tarefas que visam a busca do desenvolvimento.

Os projectos de cooperação técnica têm objectivos muito diferentes: realizar um estudo que permita melhorar a realidade, integrar um cooperante para reforçar os quadros

técnicos de que o Estado dispõe; dar formação ou capacitação aos quadros locais, ou formação genérica para fortalecimento da capacidade institucional. Em comum, todas estas atividades têm o facto de incluírem alguma transferência de capacidades, habilidades ou conhecimentos para o Estado de destino da Ajuda.

2.5.2 A cooperação financeira

A cooperação financeira envolve a transferência de recursos financeiros entre países, a partir de condições contratuais privilegiadas, de um ou mais agentes concedentes para outros receptores, por meio de empréstimos ou de contribuições financeiras, destinados à implementação de um projeto técnico que contribua para a melhoria da infraestrutura social e económica necessária para apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável dos Estados (AFONSO E FERNANDES, 2005:74).

As operações de crédito, as quais podem ser reembolsáveis ou não, têm como propósito apoiar iniciativas de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. No caso de um projeto envolvendo créditos reembolsáveis, é necessário haver concessionalidade, ou seja são os empréstimos que são concedidos a mais de um ano, acordados entre as partes, reembolsáveis em moeda convertível ou em espécie, que tenham taxas de juro mais baixas que as do mercado. No âmbito das operações de crédito não-reembolsáveis, conhecidas como "doações", sua caracterização se firma quando tem lugar a internalização do recurso internacional no orçamento do órgão público beneficiário.

2.5.3 Ajudas a projetos

Os projetos constituem um dos instrumentos mais característicos da Cooperação multilateral para o Desenvolvimento. Segundo Imperial (2006:17) um projeto pressupõe uma intervenção precisa e finita no Estado beneficiário, especificando com detalhe os objetivos, atividades e despesas a serem financiadas. Têm, normalmente, sistemas de gestão específicos mas não pressupõem condicionalidade sobre as políticas.

A justificação para os projetos serem o principal veículo da Ajuda até meados dos anos 90 era a crença de que o principal constrangimento ao desenvolvimento era a falta de investimento e que os projetos eram a forma mais eficiente de fornecer investimento de capital.

Simultaneamente havia a convicção de que os projetos eram a melhor forma de minimizar o risco de má utilização dos recursos e assim garantir aos contribuintes que a sua ajuda produzia resultados concretos.

Os projetos têm uma grande versatilidade, dado o carácter singular de cada intervenção, o que constitui uma das suas principais virtudes, já que permite a adaptação dos objetivos e condições de execução às circunstâncias de cada caso. Inda na senda dos projetos, eles permitem dirigir intervenções com objetivos claramente definidos, identificando os beneficiários de cada ação.

2.5.4 Ajudas a programa

Ajuda a programas é aquela que não se destina a financiar um projeto específico. Inclui poucas condições relativamente à forma como o Governo decide utilizar os recursos mas, geralmente, inclui condicionalidade política. Segundo as organizações internacionais, a ajuda a programas consiste em todas as contribuições dadas ao país beneficiário para fins de desenvolvimento em geral, ou seja, apoio ao nível da balança de pagamentos, apoio geral ao Orçamento e Ajuda ao nível de produtos de base, que não estejam relacionados com atividades no âmbito de projetos específicos (OCDE, 1992).

Assim a OCDE identifica quatro categorias de Ajuda através de programas: Ajuda geral a programas; a que é posta à disposição de um país, sem se destinar a um sector específico, com objetivos de desenvolvimento em geral, especialmente o financiamento da balança de pagamentos, o apoio geral ao Orçamento e Ajuda em espécie. Nesta categoria também se inclui a Ajuda associada a programas de ajustamento estrutural (PAE), como definidos pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Ajuda setorial a programas; a que trata de transferências que se destinam a um sector económico ou social específico, como a agricultura, educação, transportes. Nesta categoria incluem-se os programas sectoriais associados aos PAE do BM. Ajuda alimentar é destinada a promover a segurança alimentar através da transferência de alimentos ou recursos financeiros para a sua aquisição. O Alívio da dívida é carácter bilateral ou multilateral (OCDE, 1992).

A Ajuda programa financeira teve, até aos anos 80, significado reduzido. Desde então, começou a ser utilizada um pouco por todo o lado: pelo BM, na forma de empréstimos para ajustamento estrutural, pelos doadores bilaterais como apoio à balança de pagamentos, habitualmente associadas às operações do BM, e mesmo pelo FMI na forma de Facilidades de Ajustamento Estrutural Reforçadas (ESAF), a primeira vez que o FMI se envolveu na concessão de Ajuda.

Na década de 90, a Ajuda programa conheceu um novo desenvolvimento a partir da sua utilização nos chamados enfoques sectoriais, não necessariamente vinculados aos PAE. A modalidade mais recente e mais ambiciosa deste tipo de instrumento adopta a forma de apoio directo aos pressupostos do beneficiário (apoio ao orçamento), de modo a permitir a plena integração da Ajuda na programação.

Estes instrumentos acima mencionados, têm sido decisivos na redução da pobreza no mundo, embora eles sejam muito criticados devido a forma como as organizações internacionais os aplicam, a pergunta que se levanta é o que seria da sociedade internacional se eles não existissem. A medida que o tempo vai passando, as organizações internacionais e outros atores, vão aprimorando novos instrumentos e apresentando novas formas de poder ajudar os Estados a ultrapassar a pobreza. Mais a realidade é que estes instrumentos oferecidos pela cooperação na luta contra a pobreza, têm jogado um papel relevante, visto que eles procuram atacar o problema pela base, procuram analisar as causas e posteriormente procurarem solução,

Eles procuram criar estruturas de longo prazo, como capacitar o homem, equipar, modernizar e fortalecer o funcionamento das instituições de forma a melhorar o nível de vida das populações, procuram cada vez mais criar projectos e programas de modos a garantir a desenvolvimento equilibrado das nações na sociedade internacional.

Hoje os objetivos de desenvolvimento passam por estes instrumentos, os Estados que abraçarem estas ajudas, num futuro muito próximo poderão dar grandes avanços naquilo que são as metas do milênio e ao mesmo tempo poderão melhorar as condições de vida das suas populações.

III-CAPÍTULO

A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA MULTILATERAL PARA DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Neste capítulo abordaremos questões ligas caraterização de Angola, o processo de paz angola, da independência até a presente data bem como nas organizações internacionais que ajudaram no desenvolvimento.

3.1. Caracterização geográfica de Angola

Angola é um país pertencente ao Continente africano, localiza-se na costa ocidental de África, e faz fronteiras com a Namíbia, Zâmbia, República Democrática do Congo e República do Congo. Tem uma extensão territorial de 1.246.700 Km² e uma população estimada em 24. 383. milhões de habitantes, a língua oficial é o Português, sendo o Umbundu, kimbundu e o kikongo amplamente falados, a principal religião é a Cristã.

Este país, durante cinco séculos esteve sobre o domínio colonial português, que de maneira coerciva impunha aos povos deste território o seu sistema político, económico-social e cultural.

Mas, este cenário de dominação e submissão imposto pelo sistema colonial português, viria a ser alterado nas décadas de 60 e 70 do século XX. Segundo Fragoso (2010:63), neste período ocorreram dois acontecimentos, que mudaram de maneira significativa o curso da história de Angola.

O primeiro acontecimento, foi a criação dos Movimentos de Libertação de Angola, designadamente, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e por último a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que com métodos e ideologias diferentes lançaram-se na luta pela independência de Angola, numa dupla lógica política e militar.

O segundo acontecimento foi a Revolução de 25 de Abril de 1975 que abriu brechas e foi o início do caminho, para a discussão pela via diplomática e política do futuro das províncias ultramarinas.

Fragoso (2010:64) afirma que a lógica de guerra colonial ensaiada por Portugal, na década de 60 e 70, não só tinha desgastado o poder político português, mas também desagradava as elites militares portuguesas que não concordavam com a guerra desenvolvida nas colônias. De acordo com Correia (1991), o 25 de Abril de 1974, surge como um enorme descontentamento dos capitães, face a sua não promoção e não valorização do seu papel na guerra em África, esta ação fortaleceu o poder dos movimentos que lutavam pela independência em Angola.

3.2. O período da independência

Com a criação dos movimentos de libertação nacional e posteriormente com a revolução de 25 de Abril de 1974, assistiu-se a queda do regime de Marcelo Caetano e proclamou-se o direito das colônias à autodeterminação e a independência, isto em 27 de Julho de 1974. Em Outubro de 1974, foi assinado o cessar-fogo em Angola, para que as partes envolvidas em conflito, designadamente as forças colônias e os movimentos de libertação nacional pudessem chegar a um consenso sobre a situação política e militar em Angola.

Deste modo, a 15 de Janeiro de 1975, os três movimentos de libertação assinaram com Portugal os Acordos de Alvor, após terem previamente estabelecido, na conferência de Nakuru (Quênia), uma plataforma de entendimento, a 3 de Janeiro de 1975 na qual os três líderes dos movimentos nacionalistas comprometeram-se a cooperar para a paz e preservar a integridade territorial de Angola. Com base nos estudos de Zau (2009:221), os Acordos de Alvor, reconhecia os três movimentos nacionalistas como legítimo representante do povo angolano e regulava outras questões como: a data e a forma em que se devia processar a independência de Angola, o ordenamento constitucional que deveria vigorar durante o período de transição até ao momento da transferência do poder

Neste quadro de reconciliação nacional para independência entrou em funcionamento um Governo de transição, a 31 de Janeiro de 1975, envolvendo o Governo português, o MPLA, FNLA e a UNITA. Porém, as diferentes correntes ideológicas e as antigas rivalidades entre os movimentos, inviabilizaram o seu funcionamento e deram lugar às ações armadas, que levaram a FNLA e a UNITA a abandonarem o Governo de transição. Com o aproximar da data da independência, os três movimentos MPLA,

UNITA e FNLA, começaram a se gladiar entre si com os objectivos e interesses particulares de controlo do território onde se encontram as riquezas minerais e petrolíferas e da capital Luanda, como forma de obter recursos financeiros para cada uma das partes obter os seus intentos, controlar militarmente e posteriormente política e economicamente Angola.

Em Setembro de 1975 foi desencadeada uma invasão pelo norte, a partir da ex República do Zaire (actual República Democrática do Congo), em que participaram unidades regulares do exército zairense, mercenários e forças da FNLA, no sentido de chegarem a Luanda, antes de 11 de Novembro e impedirem a proclamação unilateral da independência pelo MPLA. Estas forças atingiram a proximidade de Luanda e, após violentos combates, foram travados na zona do kifangondo pelos guerrilheiros do MPLA, apoiados por tropas do exército cubano que, entretanto haviam chegado a Angola poucos dias antes da data da independência, na sequência de um pedido de ajuda por parte deste movimento.

Porém, em Outubro de 1975, tropas regulares Sul-africanas, em articulação com as tropas da UNITA, já haviam invadido Angola pelo Sul e, depois de ocuparem várias cidades e vilas, progrediram rapidamente em direcção a Luanda, sendo impedidas de o fazer a escassos 200 km da capital, pela coligação de tropas do MPLA e do exército regular cubano (ZAU, 2009: 222).

A 10 de Novembro de 1975, sem que procedesse à transferência formal de poderes, o alto-comissário e as demais autoridades portuguesas em Angola abandonaram o país. O processo de descolonização, iniciado com o Governo de transição havia assim chagado ao seu final porque as partes integrantes do mesmo, decidiram alcançar o poder por outros meios. Entretanto, foi nesta conjuntura política e militar que as zero hora do dia 11 de Novembro de 1975, que o Presidente do MPLA, Agostinho Neto, proclamou a independência de Angola, que adoptou a denominação de República Popular de Angola.

Logo após a independência o MPLA assumiu-se como um partido socialista e marxista, com raízes populares e começou a transformar Angola um Estado, unitário, mono partidário e Comunista. Segundo Silva (2002:31), esta opção adoptada pelo MPLA surge em função das ajudas e alianças que estabeleceu com os países de orientação socialista, especificamente a União das Republicas Socialistas Soviéticas e Cuba

De facto, notou-se que a luta entre os movimentos de libertação de Angola na busca do poder, inseriu-se numa geopolítica do século XX, dominada pela Guerra Fria, na qual as duas superpotências mundiais, os Estados Unidos da América e a União Soviética, defendiam as suas posições doutrinárias, políticas e económicas em todas as áreas geográficas do globo. Desta forma, à UNITA era apoiada militarmente e politicamente pelos Estados Unidos e pela África do Sul, o MPLA, era apoiado em termos logísticos e militares pela União Soviética e Cuba, a FNLA, era apoiada igualmente pela República Democrática do Congo, China e alguns militares e mercenários de outros países africanos.

Contudo, observa-se que essas jogadas geopolíticas efetuadas pelas potências mundiais, tinha como finalidade expandir cada vez mais o seu poder, domínio e influência sobre as diversas regiões do mundo, e Angola, devido a sua posição geoestratégica e geoeconómica não escapou as políticas expansionistas elaborada pelas potências mundiais.

Esta conjuntura, fez com que o primeiro ano de independência de Angola, fosse um ano de conflito aberto, onde os três movimentos e grupos militares, procuravam cada um a seu termo, com a ajuda de potências militares estrangeiras, realizar incursões e invasões em território angolano, como forma de tomar o poder e fazer vincar as suas ideologias. Esta atitude conduziu o conflito angolano para outras dimensões.

3.3. A internacionalização do conflito angolano

A forma como se processou a independência de Angola, trouxe consigo determinadas condicionantes que arrastaram este numa longa e violenta guerra civil. Nesta perspectiva, Almeida (2011), salienta que os movimentos de libertação nacional tinham ideologias e apoios externos diferentes, desta maneira, quer os movimentos como os seus apoiantes, não estavam preocupados em instaurar uma paz duradora em Angola, mas sim com a defesa dos seus interesses, que por parte dos movimentos era o alcance do poder político, enquanto os apoiantes almejavam implementarem as suas ideologias e ter influência sobre o este território.

Com todas essas condicionantes por resolver, estava desenhado o cenário de guerra em Angola, com forte componente externa. Na ótica de Fragoso (2010) a internacionalização do conflito angolano, deveu-se a entrada de militares Sul africanos

em território angolano, apoiando a UNITA, a entrada de militares Congolezes apoiando a FNLA e a entrada de militares cubanos e soviéticos apoiando o MPLA, a partir deste momento, a guerra civil angolana, passou a ser travada, não numa lógica de luta pelo poder e território, mas sim de combate e resistência, perante o poder instaurado.

Esta guerra constituiu um obstáculo ao desenvolvimento socioeconómico de Angola, devastou os campos, deteve o desenvolvimento, destruiu infra-estruturas fragmentadas, dizimou muitas vidas humanas, mutilou e incapacitou para sempre muitas pessoas e provocou a fuga apressada de milhares de refugiados pelas fronteiras para o Zaire, actual Republica Democrática do Congo e para a Zâmbia, Zau (2009).

Este ambiente de guerra, de fome e pobreza, fez com que o governo angolano olhasse para o seu conflito com maior atenção, e notou que o país não podia continuar a ser palco de diversão da guerra fria. Sendo assim, começou a desenvolver esforços no sentido de restabelecer a paz em Angola.

Como o conflito angolano era constituído por atores internos, como os movimentos de libertação nacional, e atores externos, ou seja os países que apoiavam os movimentos de libertação, o Governo angolano notou que a fórmula para resolução do conflito não devia ser encontrada isoladamente, por isso procurou primeiramente remover todos intervenientes externos que apoiavam e comoviam a guerra em Angola.

Com base neste pensamento, o Governo angolano, por meio de negociações começou a desenvolver contatos com as Nações Unidas, com Estados Unidos da América, com a União das Republicas Socialistas Soviéticas e alguns membros da Comunidade Europeia, Organização da Unidade Africana, com a finalidade de encontrar uma solução para paz em Angola e ao mesmo tempo na África Austral, Silva (2002).

Neste período, o sistema político internacional apesar de continuar bipolar, apresentava flexibilidade nas interações entre as potências. Nunes (1996) esclarece que nos fins dos anos 1970 e nos princípios de 1980 os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, atenuaram as suas políticas de contenção e de corrida aos armamentos, adoptando políticas de desanuviamento consubstanciadas em intensos períodos de conversações relativas a limitação de armas estratégicas. Esse desanuviamento não se processou somente no campo militar, estendeu-se até ao campo diplomático, na qual as potências envolvidas em conflito mostraram vontade em solucionar diversos conflitos regionais onde elas estavam envolvidas indiretamente.

Assim, o Governo angolano, enviou ao Secretário Geral das Nações Unidas a 17 de Novembro de 1984 uma carta onde apresentava uma plataforma de negociação para paz em Angola e na África austral que constava o seguinte, Silva (2002):

- A retirada total e incondicional das tropas sul-africanas de Angola
- A cessação da ajuda sul-africana a UNITA
- Um acordo de cessar-fogo entre África do Sul e a SWAPO
- Implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança

De facto, essa plataforma de negociação, foi fundamental porque ela ditou o arranque do processo negocial que conduziria às conversações quadripartidárias, entre a África do Sul, Angola, Cuba e SWAPO.

Segundo Zau (2009), as negociações entre estes atores, avançou em muitos casos, mas também, em muitas situações assistiu-se o retrocesso das mesmas, por causa das invasões das tropas Sul africanas perpetradas no território angolano. Depois da batalha de Mavinga, Kuito Kanavale e Calueque, em 1987 e 1988, Angola, Cuba e África do Sul chegariam à mesma conclusão, que a continuação da guerra seria muito dispendiosa e fatigante, logo o diálogo, a negociação seria mais benéfico e produtivo para sessar com as hostilidades.

Foi com base neste sentimento que á 22 de Dezembro de 1988 as partes em conflito ratificaram o Acordo de Nova Iorque. Este acordo, segundo Patrício (1997) foi resultado de intensas e laboriosas conversações entre uma delegação angolana e uma delegação cubana e sul-africana, tendo como mediador o professor Chester Crocker, na altura subsecretário de Estado Norte americano para os Assuntos Africanos, e foi assinado pelos três chefes da diplomacia: Afonso Van-Dumem por Angola; Isidoro Malmierca, por Cuba; e Roelof F. Botha pela África do Sul, sendo os EUA, ao tempo da administração do presidente Ronald Reagan, mediador deste processo.

Este acordo, vulgarmente também conhecido por acordo quadripartido, conduziu ao fim da intervenção militar sul-africana em Angola, a independência da Namíbia, através da implementação da resolução 435/78 que exigia a retirada das tropas sul-africanas daquele território e também, da província angolana do Cunene. Em contrapartida, as tropas cubanas passavam a se retirar de forma faseada de Angola, de acordo com um calendário que decorreu entre Março de 1989 e Julho de 1991, Silva (2002).

Na esteira dos acordos de Nova Iorque, as Nações Unidas colocaram uma força de manutenção de paz, denominado Grupo de Assistência Transitória das Nações Unidas (UTANG) para supervisionar as primeiras eleições democráticas na Namíbia e a sua transição para a independência. O acordo abriu também caminho para o envolvimento das Nações Unidas em Angola, com a instituição da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) sob proposta do Secretário-Geral da ONU, para fiscalizar a retirada das forças cubanas Fragoso (2010).

De facto, neste acordo, estava a fórmula para retirar os elementos externos que influenciavam a guerra em Angola regional e ao mesmo tempo o conflito na África Austral. Sendo assim, estavam afastados os principais perigos à soberania e a integridade territorial de Angola, que eram por um lado, a presença de forças estrangeira no território angolano, e por outro lado, as constantes violações do território angolano por países vizinhos, patrocinados e treinados pelas potências rivais.

3.4 O processo de paz angolano

Enquanto se resolvia o conflito na África Austral, a paz não se tinha propriamente instalado em Angola. Mas o Governo angolano, se comprometeu na altura que a faria todos os esforços na resolução da questão interna, logo que desaparecessem os elementos externos da questão angolana, isto em Franciville, no Gabão, numa reunião entre os chefes de Estado do Gabão, Angola e do Congo, a 1 de Outubro de 1988 Patrício, (1997).

A 22 de Outubro de 1989, Mobutu tomou a iniciativa de convocar para Bagdolite uma cimeira com o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, que se saldaria quase exclusivamente, numa grande operação mediática, pois contou com a presença de dezoito chefes de Estados africanos. Esta cimeira, marcou o primeiro encontro direto entre o presidente Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, assinalou a vontade política de trabalharem para a reconciliação nacional (SILVA, 2002:43)

Porém, Silva (2002) menciona ainda que da cimeira de Bagdolite não emergiu verdadeiramente um acordo, apesar de ter representado, ainda que tímido, um avanço no longo processo de negociação. Foi uma iniciativa africana que conduziu resultados em forma de um comunicado que trouxe à luz os princípios de um acordo, visto como um sinal corajoso das partes.

O entendimento de Gbadolite careceu de uma preparação cuidadosa de bases negociais sérias, chegando a maioria dos observadores à conclusão posterior que as negociações terão sido conduzidas por Mobutu em separado, com as delegações do Governo e da UNITA assumindo compromissos diferentes e nalguns casos inconciliáveis. A controvérsia maior consistiu na aceitação, por parte de Savimbi, de um afastamento temporário de Angola, que foi publicamente anunciado e que nenhum dos chefes de Estado africano presente desmentiu, mas Savimbi viria a rejeitar poucos dias depois, Valentim, (2011).

Seguiram-se várias cimeiras de chefes de Estado da África, em Harare e Kinshasa, ao mesmo tempo que o governo e a UNITA avançavam várias propostas para tentar salvar o essencial de Gbatolite, que era o cessar-fogo.

Fracassada esta tentativa o conflito armado aumentou de intensidade culminando com o forte ataque das Forças Armadas Para Libertação de Angola na região de Mavinga em Dezembro de 1989 que se prolongou até Janeiro de 1990. Este ataque colocou as FAPLA muito próximo de conquistar Mavinga, o que poderia abrir caminho para Jamba, quartel-general da UNITA. A verdade é que Savimbi resistiu graças ao apoio dos EUA, que terão feito mesmo um ultimato ao Governo angolano, obrigando-o a ordenar os seus comandos militares à paragem da ofensiva, SILVA (2002).

Fruto desses impasses e desentendimentos foram efetuadas novas tentativas para conduzir ambas as partes à mesa das negociações, foi assim, que em 1990, sob os auspícios de uma Troika composta por Portugal, a URSS e os EUA, iniciou-se um novo processo de negociação para a paz em Angola. Estas negociações obrigavam logo à partida o MPLA a abandonar o marxismo-leninismo e a adoptar um sistema multipartidário, a reconhecer a UNITA como partido político, a realizar eleições após um período de transição, durante o qual se deveria proceder à desmilitarização das duas forças e à formação de um exército único, de forma a assegurar o respeito pelo voto Meijer, (2004).

Nos acordos de Bicesse, notou-se que os actores não armados em Angola (morais, políticos, cívicos, etc.) não tiveram qualquer desempenho nas negociações nem na implementação dos acordos. Na altura, os princípios de gestão de conflitos, em geral, não os reconheciam, já que se resumiam essencialmente à utilização de meios eleitorais para ajustar as contas deixadas pela Guerra Fria.

Notou-se também que as Nações Unidas embora tivessem estado envolvidas na boa implementação dos Acordos de Nova Iorque, não foi chamada nas preparações nem na execução dos acordos de Bicesse, ainda mais estes acordos, foram assinados numa altura em que se falava muito numa nova ordem internacional, onde os Estados Unidos da América (EUA) com a maior economia do mundo, maior capacidade científica e tecnológica, maior poderio militar, assumiu-se como único centro de poder e decisão a nível internacional, DIAS (2006).

Essa posição assumida pelo EUA, fez com que ele tivesse poder, domínio e influencias, sobre diversas organizações internacionais, entre as quais, a ONU. Daí que nas negociações internacionais, bem como na pacificação de certos conflitos internacionais, os interesses dos EUA prevaleciam sobre os Interesses da ONU e esta não conseguia desenvolver o seu papel no mundo.

Esta postura adoptada pelo EUA, também se fez sentir no processo de paz angolano, para ele, a base da resolução do conflito angolano, estaria na alteração de regime político e na realização de eleições gerais. Segundo Patrício (1997), a intenção norte americana em Angola era instalar um Governo que servisse os seus interesses, daí que continuava a patrocinar a UNITA para alcançar o poder, e metendo de parte questões contundentes a paz em Angola.

Contudo, as eleições democráticas e multipartidárias, que eram praticamente a meta dos Acordos de Bicesse, foram marcadas, para Setembro do ano seguinte, na qual o MPLA como resultado destas obteve 50% dos votos, face a 40% dos votos da UNITA.

Desta forma Fragoso (2010) destaca que Angola marcada por uma guerra civil sangrenta, de 1975 á 1991, voltou a cair em guerra pelo facto de a UNITA e seu líder histórico Jonas Savimbi, não ter reconhecido e legitimado os resultados eleitorais e pelo facto de o MPLA, na realidade não querer dividir os seus poderes instalados na capital, Luanda. Deste modo, a guerra voltou à sua lógica de sempre, a UNITA aquartelou-se no planalto central, com sede no Huambo, retomando o leste e norte rico em recursos diamantíferos e o MPLA, retomou os seus postos na Costa e na Capital do País.

3.5 Esforços da Sociedade Internacional na Resolução do Conflito Angolano

O desenvolvimento da guerra civil em Angola era bastante preocupante, assistia-se uma autêntica crise humanitária, os países que estiveram na base da implementação dos acordos de Bicesse, pouco faziam para que as partes em conflito retomassem a mesa das negociações. A URSS tinha desaparecido da cena política internacional, Portugal tinha pouca influência e poder para obrigar as partes a chegar a um consenso, nos EUA, assistia-se mudança na liderança política, que posteriormente viria também a mudar a política norte americana para Angola. Essas condicionantes fizeram com que outros atores internacionais, especificamente a Organização das Nações Unidas, jogassem um papel importante na resolução do conflito Angolano.

Essa organização internacional, que tem como objetivo manter a paz e a segurança internacional, teve muitas dificuldades em lidar com o conflito angolano no princípio, por causa do jogo geopolítico e geoestratégico praticado pelas potências mundiais (EUA-URSS).

Por isso é que a ONU, nos acordos de Nova Iorque, ela foi afastada das negociações e até mesmo da conclusão dos acordos. De acordo com Silva (2002), a ONU só foi contatada para verificar a retirada das tropas cubanas estacionadas no território angolano, deste modo, elaborou-se a resolução 626 do Conselho de Segurança que estabeleceu a primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) abrangendo 70 observadores militares e 20 funcionários civis de dez países.

Portanto, nota-se que o papel da ONU, mas uma vez foi marginalizado pelas potências, os acordos de Nova Iorque que contribuíram de maneira significativa para a pacificação da África Austral, foram negociados e acordados entre os países que se conflituavam na região e as potências mundiais que tinham interesse na região.

O mesmo cenário voltou a se constatar nos acordos de Bicesse. Silva (2002:124) destaca, que nestes acordos, a missão da ONU foi por e simplesmente observar e verificar o processo de desarmamento, bem como apoiar a criação de um novo exército nacional único. Além disso, deveria também supervisionar a desminagem, fornecer auxílio humanitário e facilitar a extensão da autoridade do Estado por todo o território angolano. Esta Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, também

conhecida por (UNAVEM II), foi estabelecida a 30 de Maio de 1991 pelo Conselho de segurança das Nações Unidas (CSNU) através da resolução 696.

De facto, este cenário só nos mostra que as ações das Nações Unidas, depende muito da conjuntura política internacional, e as potências mundiais ainda condicionam muito as ações da ONU. Estes países ainda continuam a colocar os seus interesses acima dos interesses universais, por isso nota-se com frequência a presença da anarquia no funcionamento do sistema político internacional.

É neste contexto que Meijeir (2004) afirma que o papel da ONU no conflito angolano só passou a ter notoriedade quando as potências mundiais, começaram a diminuir a intensidade dos seus interesses em Angola.

Com o termino da guerra fria, o sistema internacional passou a ter um funcionamento mais flexível, universalista e virado para cooperação, também as políticas das potências mundiais projetadas para certas regiões do mundo, como é o caso de Angola, sofreram um ligeiro abrandamento, as próprias potencias, já não olhavam faziam da ONU um peão para concretização dos seus interesses, mas sim como um peão que pode reforçar a cooperação e a aproximação entre os povos, assim, elas passaram a potenciar cada vez mais a ONU para que ela conseguisse responder os problemas actuais.

Em função da conjuntura acima mencionada, a ONU assumiu uma outra postura, e decidiu tomar uma posição diferente em relação a sua participação no processo de paz angolano. Ou seja, deixou de limitar-se a observação e a verificação, e passou a assumir a condução e a implementação do processo de paz. Esta nova postura, fez com que esta organização, empregasse os demais meios pacíficos de resolução de conflito, como a negociação, a conciliação, os bons ofícios, a mediação e até mesmo sanções, com objetivo de trazer a paz efetiva em Angola.

Foi com base nesta postura que a ONU, através da diplomacia multilateral, começou a conduzir o processo de paz angolano através de negociações, com vista a encontrar uma solução entre as partes. Contudo, esta organização conseguiu convencer a sociedade internacional sobre os horrores e crimes praticados pela guerra em Angola, e de forma conjunta, pressionaram a UNITA a voltar as mesas de negociações, foi assim que os dois lados encontraram-se por intermédio de uma equipa liderada pelo novo Representante Especial da ONU, Alioune Blondin Beye, e representantes dos três países, Portugal, EUA, Rússia, em Lusaka.

Assim, Paulo (2004) fundamenta que ao contrário dos acordos de Bicesse, o protocolo de Lusaka, assinado a 20 de Novembro de 1994, foi negociado pela ONU com o apoio da Rússia, Estados Unidos da América e Portugal, o que não aconteceu com Bicesse, por outro lado, através da resolução 976 do CSNU criou-se a UNAVEM III, com maior capacidade de atuação, maior capacidade financeira e maior capacidade humana de modos a não fracassar como a UNAVEM II.

Mesmo com essas ações, os acordos assinados não eram respeitados pelas partes em conflito, na ótica de Paulo (2004), este acordo, embora sobre a responsabilidade da ONU e com maior capacidade de recursos, isto é diferente em relação a Bicesse, tinha também as suas deficiências, não atribuía qualquer papel às forças não armadas, não incluía a sociedade civil, que eram as que estavam mais preocupadas com a paz. Apesar de atribuírem um papel mais importante à ONU, os Estados que apoiavam a negociação continuava no cerne da operação. Sobretudo, o acordo foi assinado num contexto de total desconfiança entre as partes, e ignorava o facto de ambos os partidos estarem muito determinados a não cumprir as regras do jogo.

Apesar das dificuldades apresentadas pelo protocolo de Lusaka, a ONU não abandonou o respetivo processo, pelo contrário passou a engajar-se mais no processo de paz angolano, e começou a aplicar outros meios de resolução de conflito que estavam a sua disposição.

Sendo assim, com base na diplomacia multilateral, a ONU começou a desenvolver esforços, quer através dos bons ofícios como da mediação, para conciliar as partes em conflito, mas o que se notava é que cada uma das partes negociava sem objetivo estabelecido, ou seja aproveitavam os espaços da ronda negocial, em que se estabelecia um cessar-fogo, para recuperarem das baixas sofridas no campo militar ou para se rearmarem e posteriormente dar continuidade a guerra, as partes não negociavam a pensar no estabelecimento da paz em Angola, mas sim negociavam a pensar no alcance do poder, daí que muitas das vezes os acordos eram simplesmente assinados e não respeitados.

Identificado este problema, Pureza e Simões (2007) afirmam que a ONU, passou a utilizar as sanções para responsabilizar aqueles que violassem os acordos estabelecido.

Segundo Silva (2002), a UNITA não só desrespeitava os acordos de paz, como também as sanções impostas pela ONU. Este autor explica que antes da UNITA partir para as

negociações de Lusaka, ela já havia sido sancionada, ou seja o Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 864/93 proibiu a venda ou fornecimento de armamento, material com elas relacionado ou assistência militar a UNITA, também tinha proibido a venda ou fornecimento de petróleo e produtos petrolíferos. De facto estas sanções surgiram em função da UNITA não ter cumprido com os acordos de Bicesse, elas também serviram como instrumento de pressão para que a mesma voltasse a mesa das negociações e terminasse o acordo anteriormente abandonado. Foi em função desta situação que a UNITA compareceu, embora desestruturada e sem vontade de negociar em Lusaka.

Face à persistente resistência da UNITA em cumprir com as obrigações decorrentes do protocolo de Lusaka, e as constantes manobras aplicadas ao processo de paz em Angola, a ONU decidiu em 28 de Agosto de 1997, adoptar um segundo pacote de sanções contra a UNITA, expresso na resolução 1127/97, as quais incluíam o congelamento das contas bancárias da UNITA, proibição de movimentos dos oficiais seniores da UNITA e o encerramento das suas representações no exterior.

De acordo com Silva (2002) essas sanções obrigavam a UNITA a cumprir com as recomendações saídas do protocolo de Lusaka, mas ela se desdobrava de tal forma que estas sanções não afetavam.

Uma vez que estas sanções não eram suficientes para que a UNITA adotasse medidas decisivas para concluir o processo de paz angolano, a ONU decidiu aplicar resolução 1173/98, que proibia a exportação direta ou indireta de diamantes ilegalmente extraídos em Angola.

Apesar da ONU adoptar uma serie de sanções contra a UNITA, elas não eram cumpridas, porque o comité de sanções que a ONU criou para verificar as sanções era ineficaz, face as violações constantes da UNITA e a cumplicidade de muitos países e empresas. Contudo pouco efeitos elas tiveram sobre a estrutura e funcionamento da UNITA, ela continuou potente em procurar o que necessitava para a sua máquina de guerra e vendia os seus diamantes, os seus oficiais continuavam a viajar com poucas restrições e a continuava ativa em várias capitais internacionais através de representantes e escritórios não oficiais, Messiant (2004).

Diante desta situação, a ONU teve que adoptar novas medidas, empreendeu novas dinâmicas no comité de sanções. Silva (2002) destaca que o comité de começou a uma

serie de novas iniciativas direcionadas ao aumento da eficácia das sanções imposta contra a UNITA, o objetivo era reduzir a capacidade militar da UNITA e por outro lado, encoraja-los a cumprir com as suas obrigações decorrentes do protocolo de Lusaka.

Em função desta dinâmica, a ONU empreendeu um grande esforço diplomático junto dos seus membros, solicitando que os mesmos cumpram com as sanções impostas, e que colaborassem com o comité de sanções informações relativamente as mesmas. Deste modo as sanções passaram a ser aplicadas com rigor pela maioria dos países membros da ONU e de forma gradual, começou se assistir o enfraquecimento da UNITA.

Assim, Meijeir (2004) explica que ao expirar o mandato da UNAVEM III, em Junho de 1997, foi criada a Missão da Organização das Nações Unidas em Angola (MONUA), o autor fundamenta que esta missão tinha pouca bagagem para a dimensão do conflito angolano, simplesmente, propunha mecanismo de reconciliação nacional que assegurasse um ambiente estável entre as partes, sem o qual seria inviável a implementação de acordos. No entanto, a situação militar em Angola, em rápida deterioração, minou os esforços da MONUA, uma vez que o governo decidiu alcançar a paz através da guerra, assim pediu a retirada da MONUA.

Deste modo, permaneceu em Angola o Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA) que se limitou a tratar de questões de carácter humanitário e o reforço da capacidade institucional.

Na sequência do Memorando de Luena de Abril de 2002⁵, a Resolução 1433 do Conselho de Segurança de Agosto de 2002 estabeleceu a Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA) em substituição da UNOA. Cabia à UNMA presidir a Comissão Militar Conjunta reinstalada, fornecer 30 observadores militares para monitorizar as áreas de aquartelamento como fiadores do acordo e coordenar os esforços humanitários de todas as outras agências das Nações Unidas, Meijeir, (2004).

Finalizando esta seção, notou-se que o conflito angolano foi um conflito que envolveu vários atores e vários interesses, deste modo a ONU que tem como objetivo manter a paz e a segurança internacional, várias vezes viu a sua tarefa bloqueada na solução do

⁵ Este memorando, culminou com os acordos de paz, assinado a 4 de abril de 2002, que estabeleceu a paz definitiva em Angola.

conflito angolano devido os interesses geopolíticos e geoestratégicos que as potências mundiais tinham naquela região.

Foi preciso o fim da guerra fria, para que os Estados que mantinham a ONU refém dos seus interesses, deixarem esta organização desenvolver a sua tarefa. Sendo assim, passou-se a assistir-se uma maior intervenção e participação da ONU no conflito angolano. Ela passou a conduzir diretamente o processo de negociação, através de negociações, mediações, conciliações. Mas notava-se que as partes em conflito pouco estavam preocupadas com o estabelecimento da paz, então esta organização utilizou as faculdades que lhe são conferidas e começou a sancionar o principal violador do processo de paz em Angola.

Embora ela não tenha trazido a paz definitiva em Angola, as suas ações de negociação, mediação, verificação e aplicações de sanções contribuíram de forma significativa para o alcance da paz em Angola. Pois, foi através das suas ações que a sociedade internacional uniu-se numa só voz e agiu de maneira conjunta para que a paz chegasse em Angola o mais rápido possível.

3.6. Ajudas dos Parceiros Multilaterais para o Desenvolvimento de Angola.

O Estado angolano durante muitos anos viveu sobre clima de conflito armado. Hoje em tempo de paz, ela precisa de vários inputs, principalmente aqueles proveniente do ambiente externo, para que este Estado possa preservar essa paz tão duramente conquistada e posteriormente, promover um progresso mais justo e equilibrado possuindo como foco a melhoria das condições de vida da sua população.

Porém, estes inputs têm aparecido. A cada dia que passa tem, se notado vários parceiros internacionais a cruzarem o território angolano com objetivo combater as dificuldades económicas e sócias de forma conjunta.

Mas, como a pesquisa incide sobre a diplomacia multilateral, é da ajuda dos parceiros multilaterais que se vai prestar mais atenção, visto que esta é um fruto da diplomacia multilateral, ou seja, este tipo de ajuda surge da vontade de um grupo de Estados que de forma conjunta e coordenada decidiram melhora as condições de vida do povo angolano num longo período de tempo.

Deste modo, podemos descrever que os principais parceiros multilaterais que se têm destacado na ajuda para o desenvolvimento de Angola são: a União Europeia, (UE) a ONU e as suas agências especializadas.

3.6.1 A ONU

De facto já vimos o papel da ONU na resolução do conflito angolano, essa instituição não ajudou só estado angolano em matéria de resolução de conflito, pelo contrário, podemos dizer que ela é a maior parceira multilateral de Angola, visto que ela cobre todos os aspectos que são objeto de cooperação.

Segundo a Carta da ONU, de 1945, estabelece como atribuições e competências da organização o desenvolvimento económico e social global. Para concretizar esta função foram criados vários organismos, programas e fundos especializados na concessão da Ajuda não financeira, particularmente assistência técnica, doações a projectos, Ajuda humanitária e de emergência e Ajuda alimentar. Estes organismos são financiados pelo orçamento das Nações Unidas e pelas contribuições voluntárias dos Estados e de algumas entidades particulares. Produzem recomendações e planos de ação e promovem o debate ao nível das políticas de desenvolvimento e da gestão internacional

Segundo Fernanda (2005), entre as instituições que fazem parte do sistema das Nações Unidas em matéria de ajuda ao desenvolvimento, destacam-se, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Alimentar Mundial (PAM), O Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO).

No caso angolano, é visível a actuação dessas agências especializadas da ONU a desenvolverem as suas ações de modos a resgatar Angola da situação de subdesenvolvimento que se encontra.

Por exemplo o PNUD, Tem como mandato central ao combate à pobreza. Em resposta ao compromisso dos líderes mundiais de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o PNUD adopta como prioridades a redução da pobreza, a promoção da governação democrática, o apoio à implantação de políticas públicas e ao desenvolvimento local integrado, a prevenção de crises e a recuperação de países devastados, a utilização sustentável da energia e do meio ambiente, a disseminação das

tecnologias de informação e comunicação em prol da inclusão digital e a luta contra o HIV/SIDA. A promoção dos Direitos Humanos e da participação da mulher nos processos decisórios são questões transversais a toda a sua acção.

No caso angolano, estas agências especializadas da ONU tem jogado um papel de importante, principalmente na redução da pobreza e no alcance do objectivo do desenvolvimento do milénio.

A acção do PNUD nesta área temática foi orientada para os objetivos nacionais de combate à pobreza e alcance dos ODM. Regista-se uma relevância em princípio do alinhamento da intervenção do PNUD com a priorização das necessidades nacionais. Entre os contributos mais relevantes, encontra-se o conhecimento técnico significativo do PNUD para a formulação de políticas públicas, designadamente nas áreas de género (por aprovar), da violência doméstica (aprovada) e das microfinanças (aprovada)⁶.

Em relação à temática do género, verifica-se que esta se encontra transversalizada nos documentos de programa e, em geral, nas diversas áreas de atuação social e económica do PNUD e do Governo. Os resultados visíveis da inclusão do tema na política nacional estão associados à contabilização e à promoção da igualdade de género em termos do número de cargos ocupados ao nível da administração governamental, incluindo ao nível provincial ou do destaque dado às questões de género por parte do PNUD na sua programação. Reconhece-se um trabalho extensivo no que respeita à capacitação do MINFAMU e de várias organizações não-governamentais relevantes na área do género, tanto ao nível nacional como local, tendo sido incluída, de forma clara e sistemática, a preocupação com as questões do género em diversas áreas da política nacional e mesmo na comunicação social⁷.

A dispersão e fragmentação do programa na área de redução da pobreza e alcance dos ODM por diversos projetos de pequena escala e baixo contributo para os resultados de desenvolvimento tiveram implicações claras para a relevância do PNUD em Angola. Para além dos projetos de conteúdo generalista já referidos, projetos-piloto como o projeto de apoio a pescarias artesanais no Ambriz ou o de Água e Saneamento, desenvolvido em três municípios de Luanda e três do Moxico, revelam esta dispersão e fragmentação, sem que se tenham gerado replicações dos mesmos ou reaproveitamento

⁶ Avaliação da Contribuição do PNUD em Angola. Os resultados de Desenvolvimento, 2013

⁷ Idem

dos conhecimentos ao encontro de uma estratégia integrada que trouxesse resultados visíveis que demonstrassem melhor a relevância da contribuição do PNUD para a redução da pobreza e alcance dos ODM.

Para concretizar o seu contributo no quadro da promoção de um ambiente de negócios para promover o Desenvolvimento do Sector Privado Pró-Pobres, durante o período em avaliação, o PNUD acionou duas iniciativas que merecem menção, cujo desenho, nível de interação e objetivos (apoiar, facilitar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas e os micro, pequenos e médios negócios) estão em sintonia com as prioridades e objetivos nacionais (nomeadamente a diversificação e modernização da economia, a modernização e fortalecimento do sistema financeiro, o desenvolvimento rural integrado e o desenvolvimento da classe empresarial) definidos nos diversos programas de Governo, no Programa Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (2025) e no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo de Angola (2009-2013).

Constatou-se uma estreita correspondência entre as ações desencadeadas, as prioridades governamentais (Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza) e o mandato do PNUD, nomeadamente enquanto contributos para a concretização dos ODM (como é o caso do fortalecimento das instituições de microfinanças ou das cooperativas de produtores de café enquanto instrumentos potenciais de geração de rendimentos e de redução da pobreza).

O desenho e os objetivos do PEA (Programa Empresarial de Angola) e do Projeto de Crescimento Sustentável de Negócios foram adequados às necessidades reais do país e da sua evolução, em particular em relação a um conjunto de dimensões associadas a um nível incipiente de funcionamento do sector privado, mais evidente nas áreas de negócios e atividades empresariais de escala mais reduzida (micro, pequenos e médios), que são dominantes no contexto angolano. Estes projetos têm um grande potencial, mas até ao momento falta-lhes rapidez operacional e coerência, uma vez que a estratégia muda frequentemente, frustrando os parceiros que, por enquanto, não veem os processos caminhar com a eficiência esperada.

Os resultados dessas iniciativas mencionadas acima ainda não têm muito a reportar, mas em termos gerais, e em especial através dessa visão empresarial para o desenvolvimento pró-pobres, o PNUD demonstrou capacidades de adaptação, de flexibilidade e de resposta na transição da lógica pós-conflito para a lógica de desenvolvimento,

adaptando temas emergentes da agenda internacional/nacional. Verifica-se que o PNUD tem espaço para crescer novamente a sua relevância, especialmente através dessas intervenções que poderão contribuir para a diversificação da economia através do desenvolvimento de capacidades pró-pobres, embora as modalidades de articulação com os programas do Governo suscitem algumas adaptações.

Outra agencia especializada da ONU que também pode ser vista como grande parceiro do governo angolano na busca do desenvolvimento FAO. Fernandes (2005:50) afirma que esta é uma organização autónoma que promove a cooperação internacional nos sectores da agricultura e alimentação, procurando melhorar os sistemas de produção e abastecimento agrícola, fomentar o desenvolvimento rural e eliminar a fome e desnutrição. Além disso, baseia a sua acção nos princípios da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, procurando também garantir o acesso e disponibilidade de alimentos a todos os grupos sociais. Através do seu trabalho e observação permanentes, funciona como um sistema de alerta para riscos de desastres e fomes. Apoiar quer países em desenvolvimento, quer países desenvolvidos.

No caso angolano, a FAO, tem sido uma grande impulsionadora de políticas de desenvolvimento, devido as suas acções prestada na área técnica, a FAO tem sido uma excelente parceiro na ajuda ao desenvolvimento, ela desempenha varias funções como, principalmente na área na assistência técnica, isto é através da formação de camponeses sobre gestão e de desenvolvimento rural, práticas de cultivo, da conservação dos produtos, bem como forma de escoamento dos produtos. Esse apoio tem sido útil para o desenvolvimento familiar a segurança alimentação as populações.

Assim, através das suas estratégias com vista a levar este país a alcançar o desenvolvimento, a FAO, propõe e apoia programas de governo com vista a reduzir a 50% a proporção da população, pobre com menos de um dólar dia, também intervém no sector da desminagem, de modos a garantir maior quantidade de terras para que as famílias praticam agricultura familiar de modos a combater a fome e o desemprego e a mobilidade das pessoas e bens, a própria FAO, investe em infra estruturas agrícolas, de modos a aumentar a diversificação da economia e a diminuir a pobreza no seio das famílias.

Contudo é fundamental realçar que FAO tem jogado um papel relevante na redução da pobreza e da fome em Angola. Esta instituição, é um parceiro chave do governo na

elaboração e execução de políticas pública que visam retirar o país da situação atrasada que se encontra.

Outro grande parceiro multilateral que tem ajudado o governo angolano a desenvolver as suas estruturas é a UNICEF, Fernandes (2005) diz que esta organização, tem como objectivos a promoção e defesa dos direitos das crianças, baseados na melhoria das condições de vida, na escolarização, na nutrição, ou na protecção em conflitos armados. Possui comités em 37 países industrializados dedicados à sensibilização, à recolha de fundos e a campanhas para os seus programas.

Em Angola, a UNICEF mostra ser um parceiro de confiança na missão de tornar o país num lugar seguro saudável e protetor para o crescimento e desenvolvimento das suas crianças.

Portanto esta organização tem evidenciado esforços tremendos no sentido de proteger promover e garantir um bem-estar a criança. Logo todos os desafios que Angola enfrenta em relação a criança, a UNICEF têm ou procuram dar soluções (fruto da sua experiência de intervenção em várias partes do mundo) a estes desafios;

No que toca a sobrevivência infantil e desenvolvimento, a UNICEF tem jogado um papel fundamental, no apoio ao Ministério da Saúde na elaboração de políticas amigas da criança e no desenvolvimento de estratégias de concretização do direito das crianças à saúde. Com o apoio conjunto da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi desenvolvido um plano estratégico nacional de Saúde Reprodutiva, com provisão no orçamento para 2010- 2015.

Este foi seguido pelo lançamento do plano Nacional para Acelerar a Redução da Mortalidade Materna e Infantil em Agosto de 2010 e pelo trabalho para fortalecer o sistema municipal da saúde, grandemente baseado na experiência da UNICEF. (UNICEF ANGOLA, 2010)

Através do apoio da UNICEF à implementação a nível nacional, quase seis milhões de crianças menores de cinco anos de idade receberam um pacote básico de intervenção vital, composto por várias vacinas, vitamina A, mosquiteiros tratados com inseticida e desparasitação.

Pela primeira vez em muitos anos, a cobertura de vacinação nos dias mundiais dedicados a saúde chegou a 90% das crianças menores de um ano de idade. A cobertura

de vacinação contra a poliomielite durante os dias nacionais de vacinação atingiu também 93% das crianças menores de cinco anos de idade, em todo o país.

Mais ainda UNICEF, apoiou o governo na revitalização dos serviços de saúde em 16 municípios de aprendizagem de cinco provinciais, tendo aumentado o acesso a água potável nas zonas rurais e Peri urbanas em 20%. Graças a estes esforços, 198 áreas de saúde alargaram o acesso a cuidados e serviços de qualidade a quase 3milhoes de pessoas (66% nas cinco províncias destacadas). Mais de 21 mil crianças do ensino primário tiveram acesso as instalações de água e saneamento

Em 2011, o programa continuou a incidir no desenvolvimento de políticas e na defesa da revitalização do sistema municipal de saúde, com base em documentação de experiência e lições aprendidas; no apoio à ampliação de alto impacto na saúde, nutrição, água e saneamento; e na contribuição para a interrupção da transmissão da poliomielite.

No que concerne a protecção da criança, a UNICEF tem ajudado Angola, a defender a melhoria dos sistemas de registo de nascimento. As crianças angolanas sem comprovativo de idade e identidade continuam a ter um acesso reduzido à educação de qualidade, à saúde, bem como a outros serviços. Poderão ter dificuldades em obter a cidadania (Bilhetes de Identidade e Passaporte), estando em alto risco de entrar em situações de exploração, abusos e casamentos forçados. Poderão igualmente ser enviadas para prisão em caso de conflitos menores com a lei. (UNICEF ANGOLA, 2010)

As redes de protecção da criança angolana, envolvendo organizações não-governamentais, igrejas e instituições do governo são os principais pilares de um sistema de segurança baseado na comunidade. Estas são muito eficazes para abranger os meninos e meninas mais vulneráveis, e reportar os casos de violência aos serviços sociais e instituições de justiça. A UNICEF apoiou o Instituto Nacional da Criança (INAC) na melhoria da protecção e capacidade de resposta das redes de protecção à criança para salvaguardar as crianças da violência, exploração e abuso, principalmente na província da Huíla.

Numa perspectiva mais longa a UNICEF permanecerá comprometida no reforço da eficácia do sistema de protecção à criança, no apoio ao desenvolvimento de uma linha de telefone de apoio à criança, no aumento da disponibilidade de dados sobre a

violência das crianças, garantir a acessibilidade aos registos de nascimento e assistência social. Por fim, a assistência técnica a todos os sectores envolvidos na implementação do compromisso do governo para com a justiça juvenil continuará uma das prioridades da UNICEF.

Quanto aos programas transversais, a UNICEF contribui significativamente para erradicação da poliomielite, apoiando a melhoria da advocacia, da comunicação, mobilização social e mobilização de recursos. A campanha cartão vermelho organizada durante a Taça Africana das Nações em futebol contribui para sensibilização contra o VIH/SIDA e exploração sexual das crianças, atingido 60% do grupo alvo. Por fim, promovemos o uso dos mosquiteiros tratados com inseticida bem como as práticas relativas à lavagem das mãos e saneamento em todo país. (UNICEF ANGOLA, 2010)

Nas questões relacionadas ao VIH/SIDA, a UNICEF, apoiou o desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional de luta contra o SIDA 2010-2014 e a actualização do plano de acompanhamento e avaliação do VIH. Foram desenvolvidas e implementadas em Luanda ferramentas de monitorização e de reportagem dos pacientes para serviços clínicos.

A UNICEF prestou também apoio no desenvolvimento de proposta à 10ª Ronda para o Fundo Global com um forte enfoque na prevenção da transmissão mãe-bebé.

O trabalho da UNICEF sobre o VIH/SIDA ficou em 500.000 dólares americanos, integrados em programas de educação da criança, sobrevivência e protecção da criança. Esta abordagem transversal concentra-se nos quatro pés: prevenção do VIH entre os jovens, prevenção da transmissão vertical, pediatria e cuidados em relação ao SIDA, protecção das crianças infectadas e afectadas pelo HIV. A UNICEF apoia também políticas de diálogo e presta assistência técnica ao Instituto Nacional de Luta Contra a SIDA (INLS) e a outros ministérios cruciais. (UNICEF ANGOLA, 2010)

No que concerne a aspectos ligados a política social, a UNICEF, deseja assegurar que as discussões em tornos das questões de política social, incluindo o enquadramento de protecção social, estejam no topo da ordem do dia dos parceiros da ONU, do executivo e do parlamento. Os deputados angolanos, em conjunto com os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) assumiram um compromisso político em Windhoek para o desenvolvimento de um patamar de protecção social às crianças, e o Ministério da Assistência e Reinserção Social solicitou a parceria da UNICEF para o

desenvolvimento de uma Lei de Assistência Social, juntamente com o Banco Mundial (BM).

Entretanto, notamos que nesta corrida na busca do desenvolvimento, Angola não se encontra isolada, ela faz-se acompanhar de vários parceiros internacionais que têm sido prestativos e produtivos no combate ao subdesenvolvimento.

Assim, Angola registou progressos no ensino primário universal (ODM2), redução na mortalidade infantil (ODM4), bem como melhorias significativas na saúde materna (ODM5) graças a investimentos assinaláveis dos seus parceiros multilaterais, nas infraestruturas de saúde e da educação, bem como na provisão de serviços e desenvolvimento de capacidades. Também registou avanços na equidade de género (ODM 3) uma vez que regista-se um aumento da participação da mulher no Parlamento (44%) e no governo (33%) e a paridade de género foi quase alcançada nas escolas (CPLP, 2012).

Com o apoio da ONU Angola se tornou membro e OMC, assim, Angola tem conseguido ultrapassar

É fundamental realçar que no período de 2003-2004, Angola assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente e procurou cumprir com as responsabilidades atribuídas. Assim, em 2014 Angola foi aceite mais uma vez como membro não permanente do Conselho de Segurança da Nações Unidas.

3.6.2 A União Europeia

A União Europeia é um ator de extrema relevância na política de cooperação para o desenvolvimento a nível internacional. De acordo com Costa (2009: 292), as políticas de cooperação para o desenvolvimento desta organização têm como objetivo promover o desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, principalmente os mais desfavorecidos; promover a inserção suave e gradual dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial; promover a luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento; promover a democracia, os direitos humanos e a boa governação.

Segundo Ferreira (2005) as razões para ativo empenhamento da UE no domínio da cooperação para o desenvolvimento englobam um conjunto de aspectos históricos,

morais e económicos. Histórico, já que alguns países europeus, tinham estabelecido fortes ligações, com vários países em via de desenvolvimento, em resultado do seu passado colonial. Moral, já que os governos dos Estados membros acreditam, embora com diferentes graus de entusiasmo, que devem fazer algo contra a pobreza e a fome. Económico, já que pelo menos no início da política de cooperação, os países em vias de desenvolvimento representavam 30% das exportações europeias, e a UE, detinha uma forte dependência de produtos provenientes dos países em vias de desenvolvimento.

Na ótica de Costa (2009), a política de cooperação para o desenvolvimento da EU, obedece uma pirâmide de privilégios, um conjunto de acordos preferenciais hierarquizado no contexto do relacionamento que detém com países em vias de subdesenvolvimento. Assim, encontramos uma pirâmide cujo vértice, de maior importância relativa, estão colocados os países da África Caraíbas e Pacífico (ACP) em segundo lugar, encontramos os países Mediterrânicos não membros da UE, na base da pirâmide, os restantes países em vias de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a política de cooperação para o desenvolvimento da UE, que será analisada é aquela direcionada para os países da ACP, uma vez que Angola, que é o foco deste estudo, pertence a este grupo de países.

Sendo assim, identifica-se que a UE, tem uma especial atenção no que toca a aplicação das políticas de cooperação para o desenvolvimento para os países da ACP, Ferreira (2005) afirma que a parceria entre estes atores nasce em função das relações que os mesmos tiveram no passado, pois a maioria dos países da ACP, eram possessões coloniais dos países da UE, portanto em função do abrigo das convenções de Lomé⁸, a Europa concedia aos países da ACP privilégios comerciais muito significativos, para além de apoio financeiro e técnico.

Mas, foi com o surgimento do acordo de Cotonou que a UE, passou a cooperar mais com os países da ACP em matérias de políticas para o desenvolvimento. Este é um

⁸ A Convenção de Lomé foi um acordo comercial assinado em 1975 entre a União Europeia e os países ACP, que vigorou até à assinatura do acordo de Cotonou. Existiram quatro convenções de Lomé: Lomé I, Lomé II, Lomé III e Lomé IV, que eram sucessivos aperfeiçoamentos de um acordo inicial. Contudo, este acordo visava o reforço das relações entre os dois grupos de países, em que a UE, se dispunha a aplicar um sistema de preferências comerciais não recíprocas aos países da ACP, visando promover e diversificar as exportações dos mesmos, e favorecendo o seu crescimento e desenvolvimento.

acordo que combina aspetos políticos, comerciais e de desenvolvimento económico e social, assinado entre a União Europeia e os países ACP, no dia 23 de Junho de 2000 em Cotonou, Benim, tinha como finalidade regulamentar a relação ACP-UE pelo menos até 2020 era afeta mais de 100 Estados: os 28 Estados-membros da UE e os 77 países ACP e sucede à Convenção de Lomé.

De acordo com Costa (2009:310), o acordo de Cotonou, acarreta importantes mudanças em relação a Lomé: o sistema de Lomé de acesso comercial preferencial uniforme está a ser substituído por um avanço gradual para criação de zonas de comércio livre, Cotonou permite uma maior diferenciação entre os países da ACP. Isto é, os países mais desenvolvidos entre os ACP deverão avançar mais rapidamente com a liberalização comercial do que os frágeis; Cotonou dá uma grande importância ao papel do sector privado, estimulando o desenvolvimento das empresas nos ACP; Cotonou, tem como condicionalidade o respeito pela democracia, respeito pelos direitos humanos e pela sociedade civil nos ACP.

Este acordo foi concluído para um horizonte temporal de 20 anos, até 2020, com uma cláusula que permite a sua revisão a cada cinco anos, acompanhando dos respetivos protocolos financeiro para o período em causa.

Assim sendo, nota-se que Angola, sendo país pertencente aos ACP, não escapa das políticas de cooperação para o desenvolvimento arquitetadas pela UE, visto que este país durante muitos anos viveu sobre clima de conflito, hoje em tempo de paz, precisa de parceiros que o ajudam a criar possibilidades para o desenvolvimento do seu tecido político, comercial, económico e social.

É fundamental realçar, que o quadro geral de cooperação entre a UE, e os países da ACP, é formado em função das assinaturas de programas nacionais e regionais, denominados respectivamente de Programas Indicativos Nacionais (PIN), ou Programas Indicativos Regionais (PIR). A maioria das actividades ou projectos de cooperação que se inscrevem no quadro do PIN e do PIR, beneficiam de financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), e se enquadram no domínio das subvenções

programadas, significa que tais actividades são previamente identificados na concepção de tais programas⁹.

Nesta perspectiva, a estratégia de cooperação para o desenvolvimento da UE, para Angola, tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, através do reforço institucional e de capacidades, apoiando assim o Governo na sua estratégia de combate à pobreza e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁰.

Para materialização desta estratégia, esteve em ação o Plano Nacional para o Desenvolvimento 2008-2013, do 10º FED, que teve como principais sectores de concentração: a Governação e apoio às reformas económicas e institucionais; Desenvolvimento social e humano; Desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar¹¹.

Nesta ótica, foi disponibilizado pela UE, um montante de 214 milhões de euros para execução do Programa Indicativo Nacional para Angola no período de 2008-2013. Esta verba disponibilizada, também chamada de orçamento A, teve como finalidade cobrir operações estratégicas de desenvolvimento programáveis a longo prazo, e foi distribuído da seguinte forma: governação e apoio às reformas económicas institucionais (€ 42 milhões), correspondente a 20%; desenvolvimento social e humano (€68,5 milhões) correspondente a 32%; desenvolvimento rural (€68,5 milhões) correspondente a 32%; outros programas (€35 milhões) equivalente a 16%. Dais quais, 8 milhões de euros injetado no sector das águas, 9 milhões de euros nas questões de integração regional, 3 milhões de euros ao sector privado, 3 milhões de euros a atores não estatais, 3 milhões de euros para facilidade de cooperação técnica, 2 milhões de euros para biodiversidade e 7 milhões de euros para iniciativa de governação nos PALOP.

Ainda na esfera das disponibilidades para o financiamento de programas de desenvolvimento em Angola, a UE, injetou um valor de 13, 9 milhões de euros,

⁹ Para mais informações consultar, Ministério do Planeamento. Memorando Sobre o Estado da Cooperação entre a República de Angola e a União Europeia, 2003. Disponível in <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola>

¹⁰ República de Angola-União Europeia. Documento de Estratégia para o país e Programa Indicativo Nacional para o período 2008-2013.

¹¹ Idem

conhecido como orçamento B, que cobria as necessidades imprevistas bem como a ajuda de emergência (caso tal ajuda não possa ser financiada pelo orçamento da UE), contribuições a iniciativas internacionalmente acordadas para o alívio da dívida, e apoio para mitigar os efeitos adversos da instabilidade das receitas de exportação.

Desta forma, a UE, tem o sector da governação em Angola como uma prioridade de cooperação para o desenvolvimento, pois é daí que emanam as políticas públicas. Logo, a intervenção neste sector é de extrema relevância para que o bem-estar económico e social chegue mais rápido na vida das populações.

A cooperação da UE neste sector, incide sobre o processo de modernização da administração, isto é aumentando a capacidade de algumas instituições chave, como por exemplo o Instituto nacional de Estatística ou o Instituto Nacional de Administração Pública para apoiar a totalidade do sistema de administração pública. Entre os apoios prestados pela UE, destacam-se o investimento nos recursos humanos, assistência em aspetos técnicos para quais os técnicos nacionais não possuem.

De facto, a modernização da administração pública é um pacote, e envolve questões como a justiça a gestão das finanças públicas aumento de responsabilidade e transparência. Para colmatar as vulnerabilidades nestas áreas, a UE, pôs a disposição do governo angolano um valor estimado a 42 milhos de euros, para que este sector do possa ser dinamizado, uma vez que o desenvolvimento de uma nação passa pela formação das pessoas, modernização das instituições e qualidade nos serviços públicos prestado.

No que toca o setor do desenvolvimento social e humano, o objectivo principal das intervenções da UE, é de acelerar o processo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), relacionados com a erradicação de pobreza, a saúde e educação.

Para este setor, a UE, disponibilizou ao governo angolano um valor de 68, 5 milhões de euros, para que de forma conjunta os dois actores criassem um programa formulado numa base sectorial devido as especificidades deste sector. Por exemplo, a intervenção europeia no domínio da educação, continua no apoio de programas de formação de professores e ao mesmo tempo na construção e equipamento de instituições escolares, com finalidade de aumentar a taxa de alfabetização e consequentemente melhorar as condições escolares.

A UE, também, identificou que um dos constrangimentos principais no sistema de educação em Angola é a fraca capacidade de administração, especialmente nas áreas de planeamento e orçamentação. Deste modo, ela tem apoiado para aumentar a capacidade de planeamento e orçamentação adequada, com especial ênfase no aumento das capacidades das autoridades municipais, por serem eles os responsáveis pela educação primária no quadro do processo de descentralização.

Quanto a saúde, esta também continua a ser uma das maiores vulnerabilidades de Angola. A UE notou que este setor tem grandes problemas como informações, meios para desenvolvimento de atividades e a falta recursos humanos. Assim a intervenção da UE, neste setor, tem sido nestas áreas aonde o Estado angolano apresenta grandes dificuldades.

Normalmente os problemas apresentado na educação é semelhante aos problemas apresentados pela saúde, dai que as verbas canalizadas pela UE, são usadas para espaço na construção de mais infraestruturas sociais (escolas, clínicas, mercados e fontes de abastecimento de água potável) nas áreas rurais do país, na criação de oportunidades de negócios para os angolanos e na melhoria da qualidade de vida das populações nas 18 províncias do país. Também uma boa parte destes financiamentos, destina-se ainda à formação de funcionários das administrações municipais e comunais, entre outras actividades, visando a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento de Angola¹².

Quanto ao setor da agricultura e o desenvolvimento rural, as ações da UE, sobre este, visam apoiar a adaptação e diversificação das pequenas empresas familiares camponesas, através de inovação técnica, conhecimentos sobre os mercados, diversificação de rendimentos agrícolas, serviços rurais financeiros, pesquisa, formação e extensão rural.

Neste contexto, a UE, tem dedicado grande parte da sua ajuda à Angola em programas e projectos, que visam a alcançar progressos nos Objetivos de Desenvolvimento de Milênio (ODM), por isso em Angola ela está voltada para o combate da pobreza extrema e da fome. Sendo assim, a UE, tem ajudado fortemente este país no

¹² Diário Angolano. Angola e União Europeia Assinam novo Acordo de Cooperação.2013. Disponível in <http://www.diarioangolano.com>

relançamento da agricultura, visto que esta é a base para o relacionamento da económica e consequentemente redução da fome.

Sendo assim, a UE, disponibilizou no período de 2008-2013 um valor estimado a 68, 5 milhões de euros para financiar projectos de agricultura de cooperativas familiares em várias regiões do sul de Angola. O representante da UE, em Angola anunciou no início do mês de Fevereiro um financiamento a um projecto no sul do país, no valor de 20.000.000 de euros destinados ao apoio a agricultura familiar.¹³

Ainda no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural, a UE, tem apoiado em Angola ações de desminagem, esta organização internacional disponibilizou este ano um montante de 30 milhões de euros para apoiar as operações de desminagem em Angola e no Cuando Cubango em particular, anunciou, no Cuito Cuanavale, o embaixador da UE em Angola Gordon Kricke.¹⁴

Em relação a outros sectores, o setor das águas tem merecido uma atenção especial por parte da EU, esta organização tem desenvolvido esforço para que este líquido precioso chega com qualidade a todas populações de Angola. Sendo assim a EU, disponibilizou um valor orçado em 830 mil euros e que visa o futuro funcionamento do novo Centro de Formação Profissional do Setor de Águas.

A construção deste centro, com o valor global de 11,8 milhões de euros, conta com financiamentos da UE de 6 milhões de euros, do Governo angolano de 4,17 milhões de euros, do Banco Mundial de 1,5 milhões de euros e da UNICEF de 130 mil euros. Segundo Gordon Kricke, “é justo apontar o facto de o compromisso da UE ser de 6 milhões de euros, que representa mais de metade do orçamento total”¹⁵.

Portanto, a ajuda da União Europeia tem sido significativa, para o desenvolvimento de Angola, pois elas incidem sobre aqueles setores em que Angola apresentam grandes dificuldades. Neste momento o Governo angolano, já executou mais de 97% do apoio financeiro da União Europeia para projetos de desenvolvimento. No último Programa Indicativo Nacional (PIN 10º), para execução de projetos entre 2008 e 2013, a União Europeia atribuiu a Angola uma dotação de 227 milhões de euros, através do Fundo

¹³ Jornal de Angola, dia 20 de Janeiro de 2015.

¹⁴ Voz da América. União Europeia Disponibiliza 30 milhões de euros para desminagem em Angola, 2014.

¹⁵ Sapo. União Europeia Reitera Compromisso de Apoio a Angola no Acesso a Água potável. 2015

Europeu de Desenvolvimento (FED), e até 2014 haviam sido executados 207 e 208 milhões de euros, espera-se que montante restante, seja aplicado até 2016¹⁶.

No PIN 11.º a Europeia prevê apoiar com cerca de 210 milhões de euros projetos de desenvolvimento em Angola entre 2014 e 2020, dando continuidade a algumas áreas abrangidas anteriormente, como projetos no setor do desenvolvimento rural, com 30 milhões de euros, e na desminagem, com 40 milhões de euros, a água e saneamento básico também contaram com projetos estruturantes aprovados para Angola, destacando-se ainda o apoio atribuído por Bruxelas à política de assistência social em Angola, que está a ser lançada.

Podemos concluir que a ONU e EU são os grandes parceiros internacionais que construíram e continuam a contribuir no desenvolvimento de Angola.

Se prestarmos atenção no quadro abaixo ilustrado, vamos compreender que hoje o combate ao subdesenvolvimento, assenta nas metas traçadas pelos objetivos de desenvolvimento do milénio, e Angola com ajuda dos seus parceiros multilaterais tem dado passos significativo porque se tem empenhado a cumprir os respectivos objetivos.

¹⁶ Dnoticia.pt. Angola executou mais de 97% do Apoio Financeiro da União europeia.2014. disponível in <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo>

Quadro 1: Situação Actual dos Objectivos Desenvolvimento do Milénio em Angola

Objectivos estratégicos	Situação actual	Metas (2015)
<i>Eradicar a pobreza extrema e a fome</i>	<ul style="list-style-type: none"> - 68% de população abaixo da linha de pobreza - 26% de população em pobreza extrema 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir para metade a % da população com um rendimento inferior a 1 dólar/dia - Reduzir para metade a proporção de pessoas que sofre de fome
<i>Alcançar o ensino primário universal</i>	<ul style="list-style-type: none"> - 13% taxa de abandono escolar - 26.3% taxa de repetência 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir para 6.9 % - Reduzir para 7.9 %
<i>Reduzir a mortalidade infantil</i>	<ul style="list-style-type: none"> - 250 óbitos/1000 nascidos vivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir para 104 óbitos /1000 nascidos vivos - Reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade abaixo de 5 anos
<i>Melhorar a saúde materna</i>	<ul style="list-style-type: none"> - 1400 a 1700 óbitos por cada 100 mil nados vivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir em ¼ a taxa de mortalidade materna
<i>Garantir a sustentabilidade do meio ambiente</i>	<ul style="list-style-type: none"> - 31.5 % da população sem acesso a uma fonte de água apropriada 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável
<i>Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 5 % taxa de seroprevalência; 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir para metade e começar a inverter a propagação do VIH/SIDA

Fonte: Dados Extraídos da Estratégias Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Angola, 2010

IV - CAPÍTULO - CONCLUSÃO

Ao longo do estudo realizado, conclui-se que a diplomacia multilateral é um instrumento fundamental para os Estados que pretendem se tornar seguros e prósperos internacionalmente.

Notou-se que este instrumento pacífico da política externa, não serve somente para resolução de conflito, mas também serve para ajudar os Estados na busca possibilidades favoráveis ao seu desenvolvimento.

No caso angolano, notou-se que a diplomacia multilateral esteve e continua a estar presente na vida deste Estado. Durante o momento de conflito armado, o governo angolano recorreu a este instrumento de forma a encontrar uma solução para a guerra que a muitos anos devastava Angola, hoje em tempo de paz, o governo continua a usar ela de forma a alcançar novas parcerias dispostas a ajudarem o país a combater o subdesenvolvimento.

Podemos confirmar que a diplomacia multilateral tem contribuído para o desenvolvimento de Angola, é só olharmos pela forma como os parceiros multilaterais como as Nações Unidas com as suas agências especializadas e a União Europeia, têm ajudado o governo angolano, a combater o subdesenvolvimento, principalmente no que toca o cumprimento das metas do objetivo do milénio.

Assim sendo, notou-se que através da diplomacia multilateral, Angola registou progressos no ensino primário universal, redução na mortalidade infantil, reduziu o índice de pobreza e de fome, bem como melhorias significativas na saúde materna, graças a investimentos assinaláveis nas infraestruturas de saúde e da educação, bem como na provisão de serviços e desenvolvimento de capacidades.

Apesar de dar passos significativos nestes sectores, o governo angolano continuou a usar a diplomacia para promover-se na própria sociedade internacional, esta promoção baseou-se primeiramente no cumprimento da agenda internacional e posteriormente no desenvolvimento da cooperação para o desenvolvimento, onde Angola passou a se preocupar mais quer em matérias de resolução de conflito em África como no mundo, a medida que foi prestando as suas ações na busca da paz e do desenvolvimento na sociedade internacional, passou a ser mais conhecido, respeitado e levado em

consideração como um Estado que o mundo pode contar para enfrentar os diversos problemas que ameaçam a paz e a segurança internacional.

Sugestões Recomendações

Com as conclusões obtidas na finalização da pesquisa achamos prudente deixar as nossas sugestões e recomendações, para os pesquisadores, estudantes e pessoas que queiram fazer algo para ajudar a enriquecer o leque de conhecimento sobre a diplomacia multilateral angolana, dar continuidade ou aprofundar mais este estudo. As sugestões e recomendações por nós deixadas são as seguintes:

Que a possibilidade de alcançar a paz mundial, tida quase utópica a despeito da grande dificuldade de conciliar o interesse geral das Nações do mundo com a implementação da diplomacia multilateral fosse possível.

No quadro da sua adesão nas instituições internacionais, Angola deve aproveitar as oportunidades possíveis, com vista a incentivar investimentos e proporcionar (promover) boa imagem do país além fronteira.

Apesar de Angola estar a desenvolver políticas que visam ultrapassar o subdesenvolvimento deve continuar a procurar mais parceria e deversificar a sua economia para cumprir com os objetivos de desenvolvimento do milênio na sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Justino Pinto de, Manual de Apoio, O Acordo de COTONOU e Angola, 06 de Maio de 2005
- ANSTEE, Margaret Joan, Órfão da Guerra Fria, Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/3 1ª ed. Campos de letras editoras 1997
- BARSTON, Rayner. Modern Diplomacy, Pearson Education Limited. 2006
- BONIFACE, Pascal, Dicionário de Ralações Internacionais,
- BRAVO, Manuel, Angola: A transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento 1ª ed, Hugin Editoras 1996
- BROWNLIE, Ian. Princípio de Direito Internacional Público. 1997
- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira, Angola uma Política Externa em tempo de Crise, São Paulo, 1997
- CAMPOS, João Mota. Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias. Nº 4. Lisboa 2002
- CAPOCO, Zeferino. História das Relações Internacionais e da Diplomacia. Editora Escolar. 2013
- CELLI JUNIOR, Umberto. A Integração Latino-Americana: do discurso a ação. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional. São Paulo: USP, 1990
- CREUZ, Luís Rodolfo Cruz. Organizações Internacionais: revisão de uma teoria. Artigo publicado in http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/view/62. 2009
- DOMINGOS, Carlos Alberto, Guerra, Justiça, e Paz, Contribuições para a história contemporânea de Angola, Lisboa, Edito Universitária, 2002
- ESTEVES, Dilma. Relações de Cooperação China-Africa: O Caso de Angola, Almedina Editora, 2006
- FERNANDES, José Pedro Teixeira. Teorias das Relações Internacionais, 2ª Edição, Edições Almedina, Coimbra, 2009

FERNANDES, António José, Relações Internacionais Contemporâneas, Editora da Univali, 1998.

GREENSPAN, Alan. A era da Turbulência Contribuições para um mundo seguro 3ª Edição. 2009

GOYOS JR., Durval de Noronha. Diplomacia Comercial, 2009. Artigo disponível in: <http://www.professor-noronha.ad.br/por/pal27dng.htm>

GOMES, G. Santa Clara. A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional,1990. Artigo disponível in <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/>

LARANJO, José Manuel. Manual de Desenvolvimento Económico e Social 12ª classe. 2010

MAGALHÃES, José Calvet. A Diplomacia Pura, 1ª Edição, Editora Bizâncio, Lisboa 2005.

MELISSEN, Jan. Innovation in Diplomatic Practice, MacMillan, London, 1999

MOREIRA, Adriano. Teoria Das Relações Internacionais, Editora Almedina, 6ª Edição Coimbra 2008.

MARESCA, Adolfo. La diplomazia Plurilaterale, Giuffré Editore Milão, 1979.

MEIJEIR, Guus, et all. Da Paz Militar a Justiça Social. O Processo de Paz angolano. 2004.

MORILLAS GÓMEZ, Javier. Diplomacia Económica Comparada en la Globalización – Su Organización y sus Agentes. Boletim Económico de ICE, N.º 2702, 24/30 de Septiembre.2001.

OLIVEIRA, Gibson. Uma discussão Sobre o Conceito de Desenvolvimento.1999. Artigo disponível in <http://www.estig>.

PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito Histórico de Desenvolvimento Economico.2006. Artigo disponível in <http://www.estig.ipbeja.pt>

PUREZA, José Manuel. As Novas Operações de Paz das Nações Unidas. Os Casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, 2007

RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO. Mónica. A Organização das Nações Unidas, 2ª Edição, Editora Almedina, Coimbra 2004.

SILVA, Gaspar. Negociação- arte e democracia. Editora Bizâncio. 2000

SILVA, Neto e Rego, Luís. Teoria e Prática da Integração Económica. Porto Editora 1991.

SOUSA, Fernando. Dicionário de Relações Internacionais, Edições Afrontamento, 2005.

WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais. Editora Gradiva. 2002